

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

Vitor Rodrigues de Almeida

**HISTÓRIA DE CACEQUI: PERCURSO TEÓRICO-PRÁTICO
PARA UM JORNALISMO DE MEMÓRIA**

Santa Maria, RS
2017

Vitor Rodrigues de Almeida

**HISTÓRIA DE CACEQUI: PERCURSO TEÓRICO-PRÁTICO
PARA UM JORNALISMO DE MEMÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Strelow Storch

Santa Maria, RS
2017

Vitor Rodrigues de Almeida

**HISTÓRIA DE CACEQUI: PERCURSO TEÓRICO-PRÁTICO
PARA UM JORNALISMO DE MEMÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**.

Aprovado em 13 de dezembro de 2017:

Dr.^a Laura Strelow Storch, (UFSM)
(Orientadora)

Dr.^a Viviane Boreli, (UFSM)

Me. Bibiano da Silva Girard, (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

À Hilda, por me ensinar a viver sem escrever uma palavra. Também a Pedro e a Winícius,
pelos anos que lhes foram tirados.

AGRADECIMENTOS

Obrigado Marilu pelo brio e também pelo bálsamo e o infortúnio que é estar vivo. E é só.

*Estação do percurso de existir, lembrar está a meio caminho entre o viver e o reviver.
A nobre arte da biografia faz parte deste exercício regenerador,
cultivada em paragens onde inexiste o medo da verdade.*

DINES, Alberto (1992).

RESUMO

HISTÓRIA DE CACEQUI: PERCURSO TEÓRICO-PRÁTICO PARA UM JORNALISMO DE MEMÓRIA

AUTOR: Vitor Rodrigues de Almeida
ORIENTADORA: Laura Strelow Storch

Neste trabalho se encontra a proposta, desenvolvimento teórico, descrição prática e definição editorial de uma editoria chamada “Memória de Cacequi”. Ela foi pensada para ser veiculada no jornal impresso “Gazeta dos Pampas” da cidade de Cacequi, no interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Do ponto de vista teórico este projeto experimental tenta responder à questão como o jornalismo pode fornecer instrumentos necessários para a construção das noções de *memória* e *tempo* em uma localidade interiorana? Na prática o projeto é a escrita de cinco reportagens e três *perfis jornalísticos*. Além disso, as referências conceituais que contribuíram para a produção dos conteúdos buscam se aproximar da linguagem literária e dos fundamentos caracterizadores do jornalismo de revista. De um ponto de vista social, esse projeto é um incentivo à leitura da população jovem-adulta e também da preservação da memória local. Em outras palavras, esse texto não é apenas um registro de Cacequi, mas também uma tentativa de dar manutenção ao patrimônio cultural do lugar onde nasci e onde muitos vivem.

Palavras-chave: Jornalismo; Memória; História; Jornalismo Local; Cacequi.

ABSTRACT**HISTORY OF CACEQUI: THEORETICAL-PRACTICAL ROUTE
FOR A MEMORY JOURNALISM**

AUTHOR: Vitor Rodrigues de Almeida
ADVISOR: Laura Strelow Storch

This work is a proposal, theoretical development, practical description and editorial definition of an editorial called "Memory of Cacequi". The editorial was thought to be broadcast in a newspaper "Gazeta dos Pampas", Cacequi, interior of Rio Grande do Sul, Brazil. Does your theoretical point of view on this experimental projection try to respond a question: how can journalism provide the necessary instruments for the construction of the notions of memory and time in an interior locality? In practice the project is the writing of five reports and three journalistic profiles. In addition, the conceptual references that contributed to the production of the contents seek to approach the literary language and the foundations that characterize journalism. From a social point of view, this project is an incentive to read the young and adult population and also to preserve the local memory. In other words, this text is not only a record of Cacequi, but also an attempt to maintain the cultural heritage of the place where I was born and where many live.

Keywords: Journalism; Memory; History; Local Journalism; Cacequi.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	12
3 DEFINIÇÃO EDITORIAL	24
4 PRODUTO EXPERIMENTAL.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
6 REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A – ONDE VIVE A HISTÓRIA DESSE CHÃO?	44
APÊNDICE B – CACEQUI CHEGOU DE TREM	46
APÊNDICE C – TRABALHADORES DE CACEQUI, UNI-VOS!	47
APÊNDICE D – OLARIA SANTA VITÓRIA	49
APÊNDICE E – SEU TUTA, FERROVIÁRIO	51
APÊNDICE F – SEU IVAN, BENZEDOR	53
APÊNDICE G – DONA ABACIR.....	55
APÊNDICE H – ESCOLAS DE SAMBA DE CACEQUI.....	57

1 INTRODUÇÃO

“Chão de torrão, sol, poeira e suor. Suor que escorre no rosto, onde o tempo deixou suas marcas. Na cadência de seus próprios passos perde-se em seu cismar. Ainda menino, corria por estas ruas de pequenas casas de torrão; ouve de muito longe, os meninos de outrora em seus gritos de alegria „erra mandinga na pata da gringa”; o plic-plac das bolitas de gude se confundem com o tic-tac do relógio, que carrego hoje em meu pulso”. Esse primeiro parágrafo também é o início de um texto que trata da memória de Cacequi. Ele foi escrito por Lourdes Regina Feix Moreira, para o livro “Escrevendo Cacequi”. O registro foi publicado em 1995, em comemoração à semana da pátria. As páginas não possuem numeração.

Escolhi começar esse trabalho tomando emprestada a escrita de Lourdes porque ela e essa possuem um tema comum: registro de memória de Cacequi. Vinte e um anos depois daquela publicação, outro trabalho retoma esse tema. Memória é assim mesmo, uma eterna sucessão de eventos e retomada imaginária de sentidos. Mas é no interior desse vir a ser constante do tempo – e do vir a rememorar constante da memória – que o Jornalismo atua como agente fornecedor de instrumentos necessários para a construção das noções de *memória* e *tempo*. O puro movimento mental compartilhado por um grupo de indivíduos, se torna materialidade nas mãos do jornalismo.

Agora, um breve panorama demográfico do lugar: Cacequi é uma pequena cidade brasileira no interior do estado do Rio Grande do Sul. Ela está entre as menores cidades do país: no que diz respeito ao tamanho populacional, ocupa o 2378º lugar no ranking das maiores populações residentes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso a população é relativamente equilibrada quando se trata de idade: 43% da população tem 25 anos ou mais. Quando se trata de letramento o cenário já não é o mesmo. Há um crescimento no índice de escolaridade em todas as faixas etárias da população, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹, no entanto ainda é um índice baixíssimo. Apesar de a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos ser de 96,5% (IBGE), apenas 40,18% da população com idade entre 18 e 20 anos tem o ensino básico completo.

¹Plataforma online que mede o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do país. Uma parceria entre Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro.

Isso quer dizer que é difícil, do ponto de vista do jornalismo local, tocar a população jovem de um modo comparável aos conglomerados de mídia. Sobretudo em tempos de internet, quando textos relativamente longos já não atraem tanto quanto vídeos de 59 segundos e compartilhamentos de platitudes. Afinal o Jornalismo desempenha funções sociais inerentes ao fazer jornalismo que precisam ser pensadas.

Nesse sentido esse trabalho trata, de um ponto de vista social, do incentivo à leitura da população jovem-adulta e também da preservação da memória local. Em outras palavras, esse texto não é apenas um registro de Cacequi, mas também uma tentativa de dar manutenção ao patrimônio cultural do lugar onde nasci e onde muitos vivem.

Na prática o projeto trata da proposta de uma editoria no único jornal local de Cacequi, o “Gazeta dos Pampas”. Foram escritos oito textos que serviram de objeto de experimento e análise. Cinco deles reportam temas específicos da cidade: 1) identidade pré-colonial ausente, 2) marcas do cotidiano passado no presente, 3) desenvolvimento social-econômico, 4) origem de construções notáveis, 5) festa popular. Os outros três textos são perfis jornalísticos que tratam da vida de típicos moradores de Cacequi.

No “Produto experimental” é feita a descrição do processo de pré-produção, produção e apuração do material. Desde o surgimento de minha própria *memória individual* – já que nasci e cresci nessa localização do globo – até a escolha dos tempos verbais usados na escrita do texto. Nessa parte do trabalho é explanado o processo de composição da temática geral “Memória de Cacequi”, com início no fato histórico (nascimento no lugar). Posteriormente se revela as linhas de raciocínio obtidas a partir de observações do lugar. As questões que surgem indicam as escolhas dos subtemas. Passo a passo, esse texto explica como um subtema ocasiona outro, como a escolha de fontes se encadeia como em um jogo de dominó.

Teoricamente este trabalho trata da articulação entre os conceitos de *tempo* e *memória*, operacionalizados pelo jornalismo. Parti dos conceitos analisados e descritos principalmente pelos autores Carlos Eduardo Franciscato, jornalista e pesquisador brasileiro e Maurice Halbwachs, sociólogo francês. Autores das obras “A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais” e “Memória coletiva”, respectivamente. Além desses outros escritores auxiliaram a construção do mapa conceitual: Perry Cotta, Fraser Bond, Marshal McLuhan, Gisele Reginatto e Zuenir Ventura.

Na “definição editorial” é onde foi feita a descrição da linha editorial do material e as justificativas dessas escolhas. Perguntas como “por que desenvolver um produto para ser

veiculado no jornal impresso e não em uma das rádios? ”; “por que o tema „Memória de Cacequi“? ” e “por que jornalismo literário e de revista? ” São respondidas ao longo do projeto, mais especificamente nesta sessão. De modo geral é nesse momento do trabalho que conseguimos entender a relação entre cada uma dessas escolhas e como essa relação direcionou o resultado obtido.

Esse trabalho, como um todo, pode ser interpretado de várias maneiras: como o relato do processo de construção de reportagens sobre Cacequi. Como a proposta da construção de um mosaico harmônico da memória de Cacequi. Ou como fragmentos de histórias existentes na memória do coletivo de Cacequi. De certa maneira todas essas interpretações são adequadas, pois todas salientam o caráter de registro que esse trabalho tem. Mais um registro da vida desse chão.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Os egípcios, por volta do ano 2000 a.C. marcavam a passagem do tempo a partir do movimento do sol e da lua, isso fazia com que a hora tivesse durações diferentes de acordo com as estações do ano. Gregos, persas e babilônicos aprimoraram o sistema. Eles subdividiram o dia sexagesimalmente, ou seja, em 60 partes. Tempo depois esse método se tornou obsoleto e o *segundo (s)*, como medimos hoje, foi definido em 1967, na 13ª Conferência Geral de Pesos e Medidas², como sendo 9.192.631.770 ciclos da radiação correspondente à transição entre dois níveis de energia do átomo Césio 133 no seu estado fundamental. Na história da humanidade é possível observar as marcações do tempo. O pensamento anteposto que podemos ter é que a ideia de tempo sempre esteve presente no imaginário coletivo humano, de tal maneira que sentimos a necessidade de medi-lo para, de certa forma, alinhar os acontecimentos vividos com essa dimensão da qual estamos submetidos. Nesse sentido, na modernidade, um dos *fazeres* que se encarrega de mexer diretamente com a ideia de tempo (passado, presente e futuro) é o Jornalismo.

A consolidação do jornal diário trouxe ao imaginário coletivo a construção de um presente comum. Os jornais disseminam notícias, acontecimentos, à um público. Esse público, à luz desses acontecimentos relatados, concebe a ideia de presente, ou seja, o que acontece próximo (temporalmente) a todos, com evidentes matizes. O jornalista e autor Carlos Eduardo Franciscato, em sua obra “A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais”, de 2005, levanta a discussão acerca dessas matizes por meio da descrição de categorias de fenômenos temporais intrínsecos os fazer jornalístico:

O primeiro fenômeno segundo o autor é a *instantaneidade*. Esse conceito é discorrido a partir da “possibilidade de instantaneidade em ações que envolvam um processo comunicativo” (FRANCISCATO, 2005, p.114). Quer dizer, o intervalo de tempo entre a ocorrência do evento e a reportagem do evento. Esse intervalo de tempo, historicamente, foi se tornando cada vez menor e a ideia de *instantaneidade*, de instante, se tornou mais imediata, de modo que hoje em dia essa ideia remete a um intervalo de tempo pequeno o bastante para

²Disponível em: <<https://www.bipm.org/en/cgpm-2014/>>.

não ser descolado do presente. Como o exemplo que o autor dá, quando se fala: “chego aí num instante”.

Velocidade e a *aceleração social* são outros fenômenos descritos pelo autor. Paralelamente à *instantaneidade* esses conceitos se relacionam intimamente com o desenvolvimento dos meios de transporte. Da bicicleta ao trem bala, do telégrafo à internet. É notório, segundo o autor, o aumento da velocidade do modo como as informações eram transmitidas em comparação com o modo como são transmitidas. Um exemplo simbólico e trágico disso, sempre segundo Franciscato, é o naufrágio do Titanic, na noite de 14 de abril de 1912. Com o auxílio de transmissão de rádio e uso do telefone, a notícia já estava nas páginas do *The New York Times* no final da mesma noite. Vale ressaltar que no Brasil o registro só foi feito no jornal *O Estado de S. Paulo* seis dias depois.

Outra noção que Franciscato transmite é a de *atualidade*, também relacionada ao conceito de *instantaneidade*. Ele escreve que a *atualidade* é uma categoria que relaciona estruturas materiais e estruturas simbólicas-culturais. Como se o jornalismo desse à *atualidade* características aderentes, como um “cimento social”: o advento da tecnologia que proporcionou historicamente a aceleração do relato dos eventos ocorridos somado à capacidade social de reconhecer o Jornalismo como parte dessa produção da ideia de tempo presente. A *atualidade* seria a aproximação entre o instante dos eventos e o cotidiano das pessoas. A “capacidade surpreendente de colocar o leitor no „tempo dos eventos“ só se tornou possível pela constituição histórica de uma instituição denominada jornalismo” (FRANCISCATO, 2005, p.123).

A categoria *simultaneidade* é descrita pelo professor da Universidade Federal de Sergipe com um sentido para além do senso comum que a entende apenas como a concomitância de dois ou mais acontecimentos. Ele busca formas complexas de *simultaneidade*. Para isso ele se apoia teoricamente nos pesquisadores Joad Raymond (*The Invention of the Newspaper*), Bob Harris (*Politics and the rise of the press*), Daniel Woolf (*News, history and the construction of the present in early modern England*), Stephen Kern (*The Culture of time and space*) e, o que mais interessa para esse trabalho, Benedict Anderson com sua noção de “comunidade política imaginária”. Franciscato discute sobre a ideia de *simultaneidade* a partir da tese de Anderson de que as nações ocidentais se formam culturalmente por meio da simultaneidade existencial local. Ou seja, por mais desigual que

seja, em relação às outras nações, a comunidade local sempre se pensa com certo vínculo de companheirismo pelo fato dos indivíduos estarem simultaneamente compartilhando eventos.

Um desses eventos que compõe essa noção de *simultaneidade* é descrito pelo autor como outra categoria de fenômeno temporal operacionalizada pelo Jornalismo: a *periodicidade*. Segundo o pesquisador essa categoria tem duas faces e dois fatores característicos, internos e externos à Instituição Jornalística. A *regularidade* e a *novidade* seriam a dupla face componente da noção inicial dessa categoria. Já os fatores internos seriam o avanço tecnológico e a produção industrial dos jornais; e os externos, o desenvolvimento da necessidade social de um “abastecimento” de notícias.

Por fim, Franciscato delinea a complexa ideia de *atualidade* jornalística com a relação entre *simultaneidade*, *periodicidade* e, a próxima categoria, *novidade*. Essa ideia é fundamentada pelo autor a partir de noções recorrentes no uso da palavra (coisa com pouco tempo de uso ou existência; inédito ou original). Depois ele aprofunda essa noção ao atrelá-la ao fundamento dos critérios de noticiabilidade. Com o aparato teórico do pesquisador C. John Sommerville, ele contorna a novidade jornalística com o resultado da busca por crescimento econômico, evidente em nos séculos XVIII e XIX com a ascensão do jornalismo industrial europeu. Mas o conceito mais interessante para esse trabalho é o seguinte: para se entender de fato a sutil categoria *novidade* é necessário compreender o que seria a *continuidade*. Uma vez que só existe uma emergência do novo se previamente existir uma *continuidade* que se permita ser rompida. Então o novo tem seu sentido concedido pelo contínuo.

A existência ou permanência de quadros de significação que dão sentido específico tanto para as novidades expressas na irrupção de fatos novos, inéditos e originais quanto nas pequenas novidades que se desdobram do movimento continuado de eventos em andamento (FRANCISCATO, 2005, p. 154).

Podemos dizer que, em resumo, o Jornalismo constrói a ideia de presente. Nesse sentido, por consequência, o jornalismo acaba construindo também a de passado. E se nos perguntamos o que esteve no passado da nossa sociedade? Mais adequadamente, o que aconteceu no passado da nossa sociedade? Mais precisamente, e se nos desafirmos a organizar em uma linha temporal os acontecimentos do mês passado, ou do ano passado, ou, mesmo, da década passada que estão no imaginário da sociedade brasileira, por exemplo?

Inicialmente, para obtermos a resposta, pensaríamos no que esteve veiculado em jornais, ou em revistas, livros, televisão, rádio, internet.

Esse movimento mental acontece porque, diferentemente do axioma que diz “jornal velho só serve para embrulhar peixe”, o “jornal velho”, o Jornalismo, depois de construir o presente, quando “novo”, se torna História. Uma vez que os jornais, filmagens, áudios, conteúdos materiais em geral se tornam documentos. Um trabalho que utiliza esse “rastros” de recursos materiais deixados pelo Jornalismo é o do historiador que se dedica a estudar as experiências humanas vividas ao longo do tempo. Esse profissional lida com temas e assuntos interpretando e investigando o que foram acontecimentos, através do olhar do jornalismo que segundo Perry Cotta seria o olhar “da sociedade, de todos os indivíduos” (COTTA, 2005, p. 30), e que através de seu olhar se tornam acontecimentos históricos.

Além disso o Jornalismo também se interrelaciona com o historiador na construção do passado visto que a ideia de verdade, como virtude buscada, está presente em ambas as áreas. Segundo Bond: “O dever do jornalista é o mesmo do historiador - buscar a verdade sobre tudo e apresentar aos leitores não o que os estadistas querem que eles conhecessem, mas a verdade, na medida em que é possível alcançá-la”³ (BOND, 1965, p. 20, tradução nossa).

A ideia de jornalismo orienta as ideias de presente e passado que estão em todos nós, em nosso imaginário coletivo. Essas ideias por sua vez orientam nossas vidas. Marshall McLuhan em sua obra “Os meios de comunicação como extensões do homem”, discorre acerca dessa importância apontando a imprensa como uma tecnologia semelhante a escrita e o tempo. “O tempo medido, não segundo as singularidades da experiência privada, mas segundo unidades abstratas uniformes, gradualmente foi penetrando no sentido da vida tal como sucedeu com as tecnologias da escrita e da imprensa” (MCLUHAN, 1964, p. 169).

O Jornalismo não apenas constrói o presente e conseqüentemente o passado, mas também constrói o passado no presente. Isso é possível quando o objeto noticioso do Jornalismo é o próprio passado. Quando o Jornalismo trata de assuntos que remetam à História, seja de lugares, pessoas, instituições, de um grupo de indivíduos, ele está tratando de *memória*. Ao tratar disso surge uma espécie de consciência comunitária, coletiva (analisada adiante). Podemos identificar isso no escritor James Carey, através de Franciscato: “O

³ No original: ““El deber del periodista es el mismo que el del historiador – buscar la verdad sobre todas las cosas, y presentar a sus lectores no aquello que los estadistas desearan que conocesen, sino la verdad, hasta donde le sea posible alcanzarla” (BOND, 1965, p. 20)”.

Jornalismo não é somente um objeto que, ao ser estudado, revelaria a estrutura da consciência e dos sentimentos de sociedades passadas, mas ele é a própria forma de criação destas mentalidades ou de uma porção significativa delas” (FRACISCATO, p. 154).

Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês da escola durkheimiana que fez um estudo sobre o conceito de *memória coletiva*, criado por ele, no livro “Memória coletiva”. Essa obra mostra que o problema da recordação e da localização das lembranças, quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais, é impossível. Essas referências servem de baliza à reconstrução que chamamos *memória*.

Para entendermos esses conceitos elucidados por Halbwachs partiremos de uma finalidade do jornalismo encontrada no seguinte trabalho: em 2016, na capital gaúcha, foi publicada a tese de doutorado “Finalidades do jornalismo: o que dizem os veículos, jornalistas e leitores”, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, escrita por Gisele Reginato. Nesta tese encontramos como os principais sujeitos envolvidos no chamado “contrato de comunicação” veem as finalidades do jornalismo. A autora analisou 38 documentos institucionais dos três maiores jornais de referência brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), 85 discursos de jornalistas brasileiros através de 40 documentos e 250 leitores encontrados em 279 comentários postados *online*. A tese chegou a resultados interessantes. Um deles foi a proposta de que o jornalismo tem 12 finalidades a cumprir. Uma dessas finalidades é “ajudar a entender o mundo contemporâneo”. Nesse sentido podemos pensar o Jornalismo como parte dos contextos sociais reais citados acima.

Halbwachs compõe elementos básicos de uma “sociologia da vida cotidiana”. Uma vez que, a partir dos exames instigados por essa obra, podemos pensar e analisar o papel do encadeamento de situações, no presente, na construção do passado imaginado individual, histórica e coletivamente.

O autor trata das noções de memória a partir do *depoimento de testemunho*. Esse conceito pressupõe um evento real vivido simultaneamente. Sendo assim isso depende do contexto de referência do qual estão inseridos os indivíduos que viveram os eventos e os próprios eventos com sua materialidade. Ou seja, com esse conceito o autor coloca em evidência o *eu* e a sua duração enquanto parte oposta e complementar à *comunidade afetiva*, no meio corrente em que ocorreram. A pergunta que guia esse volume é, basicamente, por que no meio do tempo corrente da existência da trama coletiva diária surge e se infunde a individuação?

A única coisa que o tempo faz é passar. A passagem do tempo é a característica absoluta dessa dimensão. Mas apenas quando isso acontece concomitantemente à consciência que essa dimensão temporal se evidencia em forma de *memória individual*. Halbwachs operacionaliza esse conceito a partir do conceito de *testemunho*. O primeiro *testemunho* a que temos acesso é o próprio *eu*.

Veja bem, é a partir do *eu* que se percebe o *outro*. Um exemplo disso, segundo o autor é quando exclamamos: “Não acredito no que vejo! ”. Nessa sentença se encontra implícito dois seres. Um primeiro seria o que o autor chama de *ser sensível* que é o testemunho evocado para depor que realmente viu. O segundo é o *eu* que não viu ou que talvez tenha visto e que compõem sua percepção a partir da percepção de outros até o presente momento que pode perceber realmente.

A partir daí toda materialidade se torna o *outro testemunho*. Nesse momento o primeiro testemunho é auxiliado – e muitas vezes se confunde com o *outro* – na composição do presente, ao decorrer do próprio presente; o futuro do passado, e a percepção do *ser sensível* sobre seu próprio passado. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece por que jamais estamos sós ” (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Isso ocorre porque, segundo o autor, a *memória individual* e a *memória coletiva* são diferentes, mas muitas vezes complementares. Pois o contexto material vivido é o mesmo; um corpo interagindo com outros objetos que tem existência simultânea espacial e temporal.

O autor dá um exemplo, quando somos crianças e acabamos estudando na mesma sala de aula, durante alguns anos. Em geral acabamos nos aproximando e desenvolvendo certa memória afetiva por algum colega. Seja porque moramos no mesmo bairro, seja porque gostamos das mesmas brincadeiras. Depois de uma separação e de um tempo decorrido, já na idade adulta, acontece um reencontro entre ex-colegas. As vezes as lembranças daquele tempo passado ficam marcadas mais intensamente na memória de um dos indivíduos em relação ao outro. Isso nem sempre ocorre ocasionado por infidelidade ou inconstância na relação, mas porque um dos indivíduos estava “bem menos envolvido do que o outro na sociedade que os dois formavam, que se baseia em um sentimento desigualmente compartilhado” (HALBWACHS, 2003, p. 35).

Ainda no dito exemplo, uma possível conversa no reencontro dos indivíduos desigualmente afetados pelo passado seria uma em que um deles comenta sobre a época que compartilhavam o mesmo cotidiano na tentativa de fazer o outro lembrar. Mesmo que o outro não se recorde exatamente, alguma parte de sua memória seria “ativada” e “interligada” com a outra. O autor diz que quando compartilhamos algum grupo com outras testemunhas, nossas memórias permanecem em contato, mesmo depois de determinado afastamento. Isso torna possível a identificação e inclusive a confusão entre o passado de um e o passado de outro. Como se, em alguma instância, o passado fosse o mesmo.

Segundo Halbwachs a *memória coletiva* é dependente da *memória individual* na medida em que leva em consideração, além das imagens mentais geradas pela memória, os sentimentos do indivíduo. Como se os sentimentos do indivíduo fossem a base para as lembranças. Quando fizemos parte de um grupo que vem a ser, com o passar do tempo, uma *memória coletiva*, significa que compartilhamos testemunhos com os outros.

Esse é um compartilhamento da mesma base de sensações. A base comum torna possível a lembrança conjunta e complementar. Mas antes disso existe uma espécie de linha de lembrança de sensações e sentimentos individual, isto é, que não é compartilhada com o grupo. No entanto isso não necessariamente anula a existência da *memória coletiva*, ao contrário, delimita seus acessos ou sua falta de acessos. O que acontece com a permanência da *memória coletiva* sobre a individual depende do teor dessas sensações. “O fato de guardarmos a lembrança de impressões que nenhum de nossos companheiros na época pode conhecer, também não constitui uma prova de que a nossa memória pode bastar e nem sempre tem necessidade de se basear na dos demais.” (HALBWACHS, 2005, p. 40). Ou seja, a *memória coletiva* tem uma relação intrínseca com a *memória individual*.

A *memória individual* por vezes é preenchida pela *memória coletiva*, seja para torná-la mais exata na composição de cenários passados, seja para confirmar algumas lembranças. A *memória individual* se confunde com a *memória coletiva*. Por outro lado, a *memória coletiva* não se confunde com a individual. A *memória coletiva* contém *memórias individuais*. Uma vez que memória é uma faculdade que necessariamente precisa estar atrelada a um cérebro vivo.

Segundo o autor não existe qualquer memória possível sem dois pressupostos: o primeiro seria o *outro* (se entende por *outro* qualquer materialidade, seja ela humana ou não) e o que o autor chama de *intuição sensível*. O *outro* seria, não o cerne da lembrança, mas o

estopim para a rememoração. Um tipo de ponto do presente que permitisse a rememoração de um ponto no passado, sempre em relação a um grupo; ao *outro*. Já o conceito de *intuição sensível* seria o chão próprio de cada um a partir de onde é possível a concepção de qualquer memória. Nas palavras do próprio autor “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível*” (HALBWACHS, 2003, p.42).

Nessa linha de análise podemos pensar que a *memória individual* e a *memória coletiva* são dois tipos de memória que existem na consciência humana. Elas são complementares, por vezes se confundem – por parte da *memória individual* – e que formam a ideia de presente e passado no cotidiano.

A *memória individual* é o conjunto de sensações e impressões que temos a partir do nosso contato com o mundo. É nela que se encontra as imagens da nossa infância e dos tempos passados por nós. Ao mesmo tempo que completamos suas lacunas com fragmentos da *memória coletiva*. Essa por sua vez é a memória dos grupos. Ou seja, a memória compartilhada por vários indivíduos; por várias memórias individuais. Nela se encontram datas, acontecimentos que vivemos ou que sabemos porque outras pessoas viveram e nos relataram ou porque outras pessoas viveram e relataram para outras pessoas que relataram, *ad infinitum*, até chegar em nós. A pergunta que fica é: seria a História, de um modo geral, a própria *memória coletiva*?

Para responder isso, Halbwachs usa como instrumento a noção de *tradição*, num sentido de símbolo. Como se existissem correntes de pensamento que ligam o passado com o presente. Uma espécie de eco histórico. Ele diz que mesmo que a *memória individual* seja acessada apenas por meios externos (o *outro*) ela é própria, ou seja, só podemos lembrar do que nós vivemos, sentimos, vimos, ouvimos, no momento em que fizemos isso, “nossa memória não se confunde com a dos outros” (HALBWACHS, 2003, p. 72). No entanto tomamos conhecimento e lembramos de eventos que ocorreram, por meio de livros, jornais, etc.; podemos, inclusive, aumentar nosso conhecimento com conversas, aulas, palestras, etc. Essas memórias fazem parte de uma *tradição*, de modo que tudo o que se sabe desses eventos, mesmo os que ocorreram antes de nosso nascimento, não nos causam estranhamento. No entanto para acessá-los com o intuito de reconstituí-los seria preciso acessar outras fontes, pois a *memória individual* seria insuficiente. Em geral essa memória seria um compilado de situações, datas, títulos, nomes importantes.... Nesse sentido se diferenciaria as memórias,

sempre segundo Halbwachs, pelo modo e suficiência do acesso a elas: uma interna outra externa. Com essa oposição conseguimos perceber como o autor diferencia a *memória histórica* da *memória autobiográfica* (individual) (HALBWACHS, 2003).

É nesse ponto que o autor diferencia a *memória individual*, *coletiva* e *histórica*. A diferença estaria nos limites no tempo e espaço dessas memórias. A *memória individual* não tem limite pois está colada ao tempo corrente. A *memória coletiva* seria uma parte da individual, a parte da qual os limites podem ser mais estreitos ou mais alongados. A *memória histórica* seria uma parte da *memória coletiva* que por vezes não faz sentido e que é a mais distante. Segundo o autor:

Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, às vezes uma historinha ou uma citação: é o epitáfio de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas. (HALBWACHS, 2005, p. 74).

O autor elucida esses conceitos através de um exercício mental que desemboca em uma metáfora. Ele pergunta “quantos períodos durante os quais, absortos pela sucessão dos dias não sabemos mais „o que está acontecendo“?” (HALBWACHS, 2005, p.74). A partir dessa pergunta ele reagrupa os acontecimentos públicos sócio-históricos mais notáveis e os justapõe aos acontecimentos de sua própria vida. Com perguntas como “quem era o presidente do país quando nasci?”. Segundo o pesquisador esse exercício nos resulta em um panorama geral muito amplo em que o *eu* se perde com os conteúdos.

Um indivíduo é o viajante de um barco, junto com uma tripulação, no curso de um rio. As paisagens das margens acompanham a travessia. Mas o indivíduo está arrebatado por reflexões ou absorvido pelo contato com os outros tripulantes. Ele só prestará a atenção nas margens esporadicamente. Quando a viagem acabar ele se lembrará do percurso, mas talvez precise de um mapa para lembrar dos detalhes. “No entanto, entre a região percorrida e o viajante realmente não terá havido contato” (HALBWACHS, 2005, p.75). Aí a metáfora: o viajante é o *eu*, a *memória individual*, o barco, a tripulação e a paisagem são o *outro* que compõe a *memória coletiva*. As margens são a *memória histórica*, a parte mais distante da *memória coletiva*.

Partindo do cenário da metáfora do autor qual desses personagens seria o Jornalismo? Uma possibilidade de resposta para essa pergunta se encontra quando se observa as notícias

em escala nacional ou regional. O movimento é o mesmo: ocorre o evento, é reportado pelo jornalista, a repercussão é contingente e, dependendo do teor da notícia, passa a integrar a história de modo mais evidente. Nesse caso o Jornalismo estaria atuando de junto à tripulação para a margem, ou seja, num movimento entre a *memória coletiva* e a *memória histórica* (obviamente passando pela *memória individual*, pois sem essa não há memória possível, como sabemos).

Por outro lado, quando pensamos em um Jornalismo que trata da própria história de um grupo esse movimento deixa de, num primeiro momento, agir da *memória coletiva* para a *memória histórica*. Ele passa a agir de sua própria *memória individual* para a *memória coletiva* – e conseqüentemente para a História, visto que tudo faz parte da História de um modo geral. Seja porque esse grupo é pequeno o bastante para ter certa proximidade, seja porque o Jornalismo foi impedido de fazer seu primeiro movimento.

Além de um exemplo, o livro-reportagem “1968: o ano que não terminou” é uma inspiração para a construção desse trabalho, já que o autor fez, através do jornalismo, algo que busco como resultado desse trabalho: ir da *memória individual* à *memória coletiva*. Essa obra narra os acontecimentos mais marcantes do dito ano no Brasil. Nos Estados Unidos aconteciam os movimentos pacifistas contra a Guerra do Vietnã e contra o racismo. Na Europa, estudantes se rebelaram em busca de mudanças políticas, sociais e culturais. Esses movimentos refletiram no Brasil.

A derrubada do presidente do Partido Trabalhista Brasileiro João Belchior Marques Goulart, o Jango, através de um golpe militar colocou o Brasil em uma ditadura que durou 21 anos. Isso somado ao clima tempestuoso da política internacional gerou uma movimentação de acirramento entre as forças políticas a favor e contra o regime instaurado.

O ano de 1968, como um todo, foi o ápice desse acirramento, com dois momentos onde fica evidente a conturbação do ano: a Passeata dos Cem Mil e o decreto do Ato Institucional número 5. Ambos reportados no livro sob os capítulos: “E todos se sentaram” e “O ato final”.

Em entrevista, Zuenir Ventura diz que esse ano, na verdade, foram dois anos diferentes em um. Tal o acirramento das forças políticas na época: máxima resistência e manifestações populares, nas ruas, no teatro, no cinema, na música... em contrapartida máxima repressão por parte do governo militar.

O AI-5 desenvolveu um implacável expurgo nas obras criadas. Em dez anos, cerca de quinhentos filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, cem revistas, mais de 500 letras de música e uma meia dúzia de capítulos e sinopses de telenovela foram censurados. (VENTURA, 1988, p.263.)

O processo de escrita desse livro nos mostra como o autor fez o movimento de partir da *memória individual* para a *memória coletiva*: Ventura nasceu em 1931, isso significa que quando o grupo militar tomou posse do governo do país, em abril de 1964, ele estava na casa dos 30 anos de idade. Ou seja, Ventura também viveu a ditadura em plena fase adulta, trabalhando como jornalista. O livro-reportagem “1968: o ano que não terminou” foi escrito em 1988, 20 anos depois do dito ano. Um exemplo de jornalismo que tem como pauta fundamental a história. Essa publicação é o resultado de um trabalho de pesquisa e estudo de documentos e de coleta de depoimentos; como também as lembranças do próprio escritor.

Ele trabalhava, na época, no “Jornal do Brasil”, com livre acesso ao arquivo do jornal. O autor leu todos os jornais publicados naquele ano pelo “Jornal do Brasil”. Além disso ele teve como fonte de consulta boa parte da publicação de jornais e revistas na época. Entre outros: “Arte em revista”, “Cláudia”, “Correio da Manhã”, “O cruzeiro”, “Folha de S. Paulo”, “Realidade” e “Veja”. Com base nessas leituras o autor identificou os “personagens” daqueles fatos. A partir daí ele coletou depoimentos desses “personagens”. Quer dizer, na insuficiência de sua própria *memória individual* e também dos documentos ele precisou acessar outras *memórias individuais* para fazer a reconstituição da *memória coletiva*.

A construção do livro-reportagem conta como o depoimento de 43 pessoas. Dentre elas: O cantor, compositor e dramaturgo, Chico Buarque de Hollanda e o ex-capitão paraquedista Sergio Ribeiro Miranda de Carvalho. Ele também teve acesso à ata do dia da reunião que o então presidente Costa e Silva tratou do Ato Institucional número 5. O decreto que segundo Ventura “começou a censurar antes de ser editado e a prender antes de ser anunciado publicamente [...] Começa a nascer naquele momento uma edição histórica” (VENTURA, 1988, p. 65).

Em suma, o jornalismo atua no presente na construção do próprio presente. Nesse movimento ele acaba por fazer parte da *memória histórica* do pretérito do futuro. Quando o jornalismo trata da história própria de uma pequena região, ou seja, de um pequeno grupo, ele passa a atuar da *memória individual* para a *memória coletiva* em um movimento pendular.

Uma vez que para poder reconstituir essa memória ele precisa buscar elementos na própria *memória individual* dos sujeitos do grupo.

3 DEFINIÇÃO EDITORIAL

Para entendermos o processo de definição editorial deste trabalho é preciso entender alguns aspectos da cidade de Cacequi. Localizada na parte central do estado do Rio Grande do Sul é um município com 13.676 habitantes, 2.369 km² em extensão de terras; 5,77 hab/km². Ou seja, Cacequi tem uma das cidades menos populosas e menos povoadas do estado e do país, segundo dados estimados pelo IBGE para o ano de 2017. É quase 5 vezes o tamanho da cidade de Porto Alegre, capital do estado, com uma população 108 vezes menor.

Com isso em mente passamos para o cenário da comunicação. A cidade atualmente conta com duas rádios comunitárias, um jornal impresso e um site de notícias. As programações das rádios “Três Rios FM” e “Cultura Cacequiense” são semelhantes: notícias, retiradas de jornais com circulação nacional e regional, e programas musicais. Já o site de notícias “O primeiro online” e o semanal “Gazeta dos Pampas” são inteiramente abastecidos com a produção de notícias sobre a cidade. Tudo dividindo espaço com os “apoiadores culturais” no caso das rádios, e com a publicidade do comércio local no caso dos outros dois veículos de comunicação.

Podemos dizer que esse cenário é relativamente diversificado. As rádios, sobretudo depois da possibilidade de transmissão via internet, assim como o site, potencialmente alcançam todo o território. Diferentemente, o jornal, por circular apenas em uma cidade e ter tiragem que varia entre 900 e 1000 exemplares por semana, tem menor alcance. Por outro lado, o jornal impresso possui uma característica que torna possível a proposta deste trabalho: ser impresso.

Com a estruturação do fundo teórico foi possível definir em qual veículo desenvolver este trabalho. Se fez necessário que o produto do experimento fosse veiculado em um meio com duas características essenciais: ser materialmente resistente ao tempo e ser acessível aos moradores de Cacequi de modo que mesmo depois da publicação seja possível a circulação entre moradores. Apenas uma publicação impressa possui esses aspectos.

O autor Maurice Mouillaud desenvolve a ideia de jornal no livro “O jornal: da forma ao sentido”. Ele diz que o sentido do meio impresso está tanto na história do Jornalismo (e do próprio jornal) quanto na chamada “ascensão do acontecimento”. Ele diz que o jornalismo feito em materiais, como por exemplo o papel, no momento da publicação do registro segue certos padrões que juntamente com outros tipos de padrões ajudam a formar o conceito de

dispositivo. “Os dispositivos são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos” (MOUILLAUD, 2012, p.52). Ele elucida essa compreensão por meio da relação oposta e complementar das ideias de *formato* e *conteúdo*: o *formato* seria uma espécie de *matriz* histórica que molda os textos. Seria um tipo de unidade externa, seja o material utilizado, seja o modo como é disposto o texto (diagramação). O *conteúdo* seria o objeto que está contido. Como uma caixa ou um envelope. Seria o texto, a linguagem, a inscrição. Uma unidade interna de sentido que muitas vezes é como o próprio autor diz “obscura”.

Um dos exemplos disso, segundo o autor foi a utilização de vasos para beber água em Atenas, decorados por pintores e compartilhados pelos gregos nos históricos banquetes. Ele afirma que ao mesmo tempo que esses objetos desempenhavam uma função prática (a de compartilhar água), por conta das pinturas e inscrições, também desempenhavam uma função intelectual: ilustravam práticas cívicas gregas fundamentais para a realização dos próprios banquetes. Tempos depois, quando esses *objetos rituais* são encontrados por arqueólogos e colocados em museus eles passam a ser *objetos de sedução*, do ponto de vista estético, e *objetos de saber* na medida em que são um registro de como era a vida naquela civilização. Isso mostra uma dupla função do *dispositivo*, assim como é o caso do jornal. Percebe-se que o jornal e os vasos gregos desempenham funções sociais e históricas semelhantes.

No momento da circulação o jornal desempenha uma função prática, já que informa sobre o que está acontecendo, ao mesmo tempo que relata práticas políticas. Tempos depois esses papéis se tornam objetos arqueológicos com valor histórico. O papel de jornal impresso, dependendo da conservação, pode durar décadas. Gravações de áudios também são bastante duráveis, no entanto não são tão acessíveis. Veja bem, apesar do rádio ser um veículo de caráter imediato e extremamente acessível, quando se pensa sobre registro de memória local, em uma pequena cidade como Cacequi, ele não cumpre esse papel. Uma áudio-reportagem pode ser acessível em um primeiro momento, pois basta ter um funcionamento auditivo básico para assimilar mentalmente o conteúdo. No entanto quando pensamos a transmissão do arquivo de áudio, a dependência de alguma aparelhagem, seja um reproduzidor de disco, seja um reproduzidor digital, é total. A facilidade da circulação entre moradores, posteriormente à publicação oficial, é afetada negativamente, no caso do áudio.

O Jornalismo, sobretudo o feito em cidades do interior, com circulação local, reforça uma ligação entre as pessoas. Uma vez que o tamanho da cidade maximiza essa proximidade.

As notícias, que o “Gazeta dos Pampas” veicula, além de dividir espaço com a publicidade, também dividem espaço com um tipo de calendarização comum em jornais de cidades do interior. Os aniversários da população, a datas comemorativas, como por exemplo, dia dos pais, das mães, da criança, etc. São largamente tratados no veículo. As pessoas enviam fotos e pequenos textos com a pretensão de homenagear seus entes. Isso mostra duas necessidades: a de preenchimento do espaço vazio de acontecimentos, do jornal, e – a mais interessante de ser observada neste trabalho, que instigou a proposta – a de reconhecimento da população diante da própria população.

O Jornalismo ao longo da história consolidou-se como instituição com funções sociais. Isso representa a porta de entrada para a memória histórica. Já que o que está nos jornais hoje, pode ser usado no futuro como parte componente de alguma *memória coletiva* – e consequentemente, de um modo geral, como parte da *memória histórica*. Porém, quando pensamos no jornalismo local, o cenário de atuação se desloca. Passa de *memória coletiva-memória histórica* de uma nação, à *memória individual-memória coletiva* de um pequeno grupo de cotidianos entrelaçados no espaço e no tempo.

A partir das publicações do “Gazeta dos Pampas” podemos perceber que é como se a relação entre o Jornalismo e os leitores fosse espelhada. Como se o Jornalismo na cidade fosse também um tipo de espelho da cidade, ou seja, um espelho da vida da cidade, que é a vida dos próprios moradores da cidade. As páginas dos jornais tratam “do que está acontecendo na cidade”, por sua vez, a proposta de um texto com uma definição editorial que trate “do que aconteceu na cidade”, da memória de Cacequi, incluindo a memória de pessoas que vivem na cidade, ajuda a dar manutenção à *memória coletiva* do local. Visto que os leitores em conjunto passam a compartilhar uma mesma *memória coletiva-memória histórica* local, com datas e nomes importantes da cidade. Ao mesmo tempo que cruzam essas informações com a própria *memória individual* obtida na cidade ao longo de suas vidas.

Desse modo a editoria “Memória de Cacequi” seria uma proposta de editorial continuado fundado na fragmentação e reunido no tema e na linguagem. A fragmentação é o modo como os textos são pensados e publicados, independentemente. Com um tipo de início, meio, fim e com publicação semanal no jornal “Gazeta dos Pampas” de Cacequi. Cada texto pode ser lido sem necessidade de complementação de outro texto da editoria, porém quando os textos são lidos em ordem de publicação – ou em qualquer outra ordem – há de observar o desenho de um único tema circunscrito em todos os textos: a memória de Cacequi.

Nesse sentido a proposta se assemelha com o tipo de escrita feita nos famosos folhetins. Esse tipo de editoria marcou o jornalismo industrial nas décadas de 1830 e 1840 na França e Grã-Bretanha. Eram histórias literárias seriadas veiculadas nos jornais impressos, o princípio das atuais telenovelas. No Brasil, o formato teve seu expoente com a publicação de “Memórias de um sargento de milícias”, do autor Manuel Antônio de Almeida, nas páginas de *Correio Mercantil*. Com uma ressalva: os folhetins eram, em sua maioria, textos ficcionais.

Os textos desse trabalho se assemelham com o gênero literário folhetim também por conta do que o autor Felipe Pena descreve: a influência da literatura no jornalismo. Isso acontece nesse trabalho pela linguagem definida para a editoria: a prática de um jornalismo conhecido também como literatura de realidade, como afirma o autor Sérgio Vilas Boas, um jornalismo com procedimentos técnicos e referências narrativas que vêm da literatura, o chamado Jornalismo Literário. Para o autor Felipe Pena, o Jornalismo Literário não seria exatamente um gênero jornalístico, mas sim uma “atitude narrativa” que busca expressar a verossimilhança possível entre ficção e verdade e informação e entretenimento (PENA, 2011). Ou como Vilas Boas define, os “textos para guardar” em oposição às “pílulas de informação” (VILAS BOAS, 2003).

O modo de desenvolver os temas dá ao texto um tom de biografia, como se o narrador – que em alguns textos pode se expressar em primeira pessoa – tecesse uma história. Os textos, juntos, são uma reportagem biográfica da cidade. Onde as percepções feitas a partir de observações do ambiente atual e de minha própria *memória individual* – já que vivi parte de minha vida no local – também são objetos a serem considerados. “O modo distante com que os jornalistas em geral observam o mundo lhes rouba aquela experiência mais profunda que brota do envolvimento” (VILAS BOAS, 2003, p.14).

Além disso essa “atitude narrativa” definida para a editoria dá um caráter de *jornalismo de revista* ao jornalismo local. A autora Marcia Benetti discorre sobre esse tipo de jornalismo, no livro “A revista e seu jornalismo”. O Jornalismo, segundo ela, seria uma forma de conhecimento que trata do presente e, de certa maneira, guia comportamentos. Ela se apoia teoricamente no conceito de *adequação* de Baumann para elucidar isso. “O jornalismo cumpre esse delicado papel, de ajudar o homem a compreender a si mesmo por meio de experiências de outros” (BENETTI, p.47). Já a revista, entre outras características, é “durável e colecionável”, “segmentada por público e por interesse” e “estabelece uma relação direta e emocional com o leitor”. A autora cita o conceito de “ontologia das emoções” de Campbell

para dizer que o jornalismo de revista, por meio do vínculo emocional, faz do ato de comprar e ler a revista um ato de caráter ritualístico. No jornalismo local esse ato já se mostra recorrente, mas quando o jornalismo trata da própria memória da cidade é possível perceber a evidência desse caráter. Esta editoria é pensada também como um tipo de discurso comum no jornalismo de revista: mostrar aos leitores o quanto o mundo é diverso e, nesse caso, o quão humana é a cidade.

Todos os oito textos tecem uma biografia da cidade. Biografia porque trata das histórias de vidas comuns e cotidianas da cidade hoje, com o olhar sobre o passado. Três dos textos são de fato perfis com ênfase na história de vida de três moradores antigos da cidade (comentados mais adiante), as outras cinco reportagens também tratam da história de vida de algumas pessoas, mas a ênfase está na história de alguma parte da existência de Cacequi (povos originários, construções conhecidas, locais-chave e eventos populares).

Assim sendo, é importante salientar o caráter continuado dessa proposta editorial. Para esse trabalho foram escritos oito textos, mas esse número é diretamente proporcional ao tempo de existência da cidade, até seu fim (indeterminado). Pois como trata de histórias de vida da cidade a base de pautas é exponencial. Cada pessoa da cidade é uma história de vida diferente, cada texto é a descrição de uma face da cidade. A proposta dessa editoria é o início da construção de um mosaico harmônico da memória de Cacequi, feito com fragmentos de histórias reais existentes na memória de cada morador, portanto existentes na memória do coletivo.

4 PRODUTO EXPERIMENTAL

Segue aqui a descrição do percurso prático referente ao produto deste trabalho. A saber 5 reportagens e 3 perfis. Esses textos estão descritos na ordem em que foram pensados e apurados: “Onde vive a história desse chão?”, “Cacequi chegou de trem”, “Trabalhadores de Cacequi, uni-vos!”, “Olaria Santa Vitória”, “Seu Tuta, ferroviário”, “Seu Ivan, benzedor”, “Dona Abacir” e “Escolas de samba de Cacequi”.

Em cidades que tiveram um breve desenvolvimento com a chegada do trem, a memória dessa época não se deixa esquecer. Pois os trilhos ainda existem e todo dia em Cacequi alguma locomotiva corta a cidade com o apito. A malha ferroviária é parte do Estado, ou seja, pertence a todos, como o espaço aéreo e a água. No entanto, em 13 de dezembro de 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), os caminhos do trem foram concedidos, através de um leilão, à empresa Ferrovia Sul-Atlântico S. A., que utiliza essa concessão até os dias de hoje. Essa empresa, no ano de 1999, adquiriu boa parte da ferrovia no sul de São Paulo e Argentina e foi renomeada para América Latina Logística S. A. (ALL). Em 2015 foi “absorvida” pela companhia ferroviária Rumo Logística Operadora Multimodal S. A. que funciona até os dias atuais.⁴ Os trens de passageiros deram lugar aos de carga. O tão prometido progresso foi deixado de lado e as cidades ficaram “a ver trens”. Essa derrocada foi lenta. As pessoas da cidade por vezes não entenderam exatamente o que aconteceu. Restou assistir a cidade empalidecer.

Nesse contexto o cultivo da ideia de patrimônio histórico e cultural se torna mais recorrente no pensamento de alguns indivíduos da cidade. Afinal, assim como escreveu Mario de Andrade, parafraseado por Zuenir Ventura no livro “1968: o ano que não terminou”, se o passado não pode servir como exemplo, pode servir como lição e o jornalismo tem o papel de testemunha do tempo.

Pensando nisso, a escolha da temática implícita “Memória de Cacequi”, para a apuração e posterior escritura dessas reportagens, não me foi exatamente uma escolha. Foi de certa maneira uma imposição história. Já que por algum motivo nasci e vivi a maior parte de minha vida nesse lugar. Vivendo essa realidade. Como jornalista, o caminho entre a experiência e um tema “pautável” é bastante curto.

⁴ Disponível em: <<http://www.aarffsa.com.br/>>; <<http://www.rffsa.gov.br/>>.

Com a temática principal estabelecida era preciso pensar em qual subtema pinçar da cidade, em como traduzir esse tema materialmente. Segui, pois, a linha de raciocínio: a cidade é geralmente caracterizada por um número determinado de habitantes reunidos em um determinado local. Logo, pensar na memória de uma cidade é pensar na memória dessas pessoas. Pessoas que viveram o passado da cidade. Ou seja, pessoas que de certa maneira, são o passado da cidade. A parte do passado que ainda vive.

O tipo de entrevista usada para a escrita das reportagens foi básico: um roteiro de perguntas como: qual seu nome? Idade? Há quantos anos vive em Cacequi? Onde trabalha?... Em todas as entrevistas esse roteiro foi desfeito já que depois da terceira pergunta os entrevistados já se envolviam com o assunto e dispensavam perguntas prontas. As histórias surgiam sem que eu indagasse por elas. Talvez o termo mais adequado seja escuta em vez de entrevista.

Não há dúvidas de que a chegada do trem foi o arauto econômico de Cacequi. Os prédios antigos, o Centro de Memória Ferroviária e os indivíduos que viveram a época estão aí para lembrar. As perguntas que restam são: “e antes?”; “qual foi a origem disso que hoje chamamos de cidade?”; “quem foram os povos originários?”. Essas perguntas são feitas por muitos que vivem em países colonizados como o Brasil, penso. Foram elas que nortearam o subtema da primeira reportagem, denominada “Por onde vive a história desse chão?”.

A proposta foi escrever um texto que contasse a história da terra onde hoje é Cacequi. Desde antes de darmos esse nome a ela. O objetivo foi reportar sobre os povos indígenas originários que viveram nesse lugar. Além de comentar sobre aspectos geopolíticos acentuados do município.

Parti à procura de documentos para saber o que os papéis têm a dizer sobre o local. Na Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria encontrei o livro “Cacequi na história”, elaborado pelo historiador Jorge Teles, publicado em 1998. Nele algumas informações sobre a população anterior são comentadas. Além desse, encontrei na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Cacequi o livro “Cacequi dos meus recuerdos”, escrito por Paulo Josué Rocha do Canto, publicado em 2008. As informações contidas nessas publicações foram pouco complementares e em alguns momentos contraditórias. Já que segundo Canto antes do povoamento os índios são descritos como dóceis e pacíficos (DO CANTO, 2008) e segundo Telles produtores de um campo de batalha (TELES, 1998). Ao contrário da escassez

de informações sobre esses povos, documentos sobre conflitos políticos envolvendo militares se encontram em abundância.

No Museu e Centro de Memória Ferroviária de Cacequi, o único papel que se encontra sobre os povos indígenas é um cartaz, com uma gravura feita de giz de cera, doada pela Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luiz Gonzaga. Parti, portanto, a procura de pessoas. Na Prefeitura Municipal não há ninguém que seja ou que conheça descendentes dos povos indígenas locais. Aparentemente todos desapareceram. A reserva indígena mais próxima de Cacequi é em Caçapava do Sul, a mais de 200 quilometro de distância, segundo dados da Funai (Fundação Nacional do Índio). Além disso a população indígena mais próxima é em Santa Maria, advindos de outras localidades.

Na falta de informações decidi reportar a própria falta de informações. Por esse motivo o texto, em comparação com os outros, ficou com um tom de artigo, se afastando da reportagem clássica. Resolvi questionar o leitor na tentativa de usar isso como recurso que cobrisse a falta de informação. Achei necessário mostrar a lacuna histórica no que diz respeito a esses antigos povos. Ou seja, pretendi instigar o interesse do leitor através da exposição da falta de enlace da população em resgatar o que foi rompido na época colonial.

O processo de transformação desse lugar em cidade de Cacequi se encontra temporalmente com o desenvolvimento urbano e político-econômico. Aí surgiu a ideia do texto “Cacequi chegou de trem”. Numa tentativa de resgatar os momentos passados por aqueles que viveram o cotidiano da cidade. Ou seja, o cotidiano vivo da Estação Ferroviária de Cacequi, fundada em 23 de dezembro de 1890.

O processo de produção desse texto foi como a composição de uma colcha de retalhos. Ele se desenvolveu a partir das respostas obtidas pela pergunta “como era o dia a dia da Estação?”. Cada um dos vinte entrevistados tem algo a dizer. Diferentes percepções do mesmo cotidiano.

O que mais diferencia este texto dos outros é o intervalo de tempo que trata. Em todos os textos o relato se faz sobre uma época, anos a fio. Por outro lado, nesse os relatos são longos, mas sobre um curto intervalo de tempo: as horas no intervalo do almoço na Estação, entre o primeiro trem que chegava, às 11h45 e o último que partia, às 14h.

Mesmo que não haja transcrita no texto nenhuma fala, elas estão presentes implicitamente. Foram as entrevistas com as fontes que permitiram o entendimento do processo diário e posteriormente a concepção do cenário escrito. Alguns se lembraram do

cheiro do restaurante que havia no local, outros da venda informal feita pelos jovens da cidade, a fumaça do Engenho Ipiranga... Foi com esse tipo de lembrança que procurei marcar o texto.

Coletadas as informações, chega a hora de passar para o papel. Nesse momento a pergunta que me guiou foi: como passar esses breves e ricos momentos aos que não imaginam como foi o ritmo de cidade grande em Cacequi? Então, o uso dos verbos no presente se fez um bom recurso. Já que daria a impressão ao leitor de estar vivendo aquele momento, no instante da leitura.

Ao final do texto parafraseei Canto, o primeiro parágrafo da parte de seu livro que dedica à chegada dos trilhos em Cacequi. A adequação da escrita do autor é notável. Ele comenta sobre o barulho que o trem fazia. Isso cobria a parte da população que não participava do cotidiano da Estação, por algum motivo. Já que mesmo quem não frequentava a estrutura não deixava de ouvir o barulho dos trens. Como é até hoje.

O terceiro texto trata de um tema comum à cidade na época: a consciência de classe dos trabalhadores e a possibilidade de mudança. Antes da instalação dos trilhos, os cacequienses eram proprietários de terras ou trabalhadores dos proprietários de terras. Depois, se tornaram trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e posteriormente da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). É sobre a memória desses agentes de transformação local que o texto trata.

Entre as décadas de 1920 até 1960 os trabalhadores da ferrovia em Cacequi eram quase dois mil. Distribuídos nos mais diversos cargos: agente, conferente, chefe-de-trem, guarda-freio, carregador, telegrafista, mecânico, obreiro e auxiliares. Essas pessoas, por meio dos cargos públicos e senso de cooperativismo, promoveram mudanças no modo de organização da cidade. Obviamente, o objetivo dos melhoramentos era facilitar a vida dos próprios trabalhadores e seus familiares. No entanto, em alguma instância, esses benefícios se estenderam para a população em geral. Como foi o caso do surgimento da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, LTDA. (COOPCEVFRGS), o chamado Recinto Ferroviário e o Clube Apolo. Locais voltados para os ferroviários, mas também usufruídos pela população.

Sobre o encontro com as fontes para o contato com essas memórias: fui à Associação dos Aposentados da Rede Ferroviária Federal S.A. em Santa Maria e consegui ter acesso a uma das únicas edições existentes do caderno comemorativo dos 50 anos da

COOPCEVFRGS. Aí consegui ter um panorama estadual e nacional de como era estruturada, não apenas a cooperativa, mas toda a associação desses trabalhadores. A consciência de classe estimulada pela associação fomentava iniciativas sociais.

Além disso foi nessa Associação que consegui o contato do cacequiense Noadir Rodrigues, ex-diretor da COOPCEVFRGS em Cacequi. Embora não haja nenhuma fala transcrita do senhor no texto, foi ele quem explanou um pouco sobre a dimensão do estabelecimento.

Os entrevistados foram surgindo como em uma fila de dominó. Conversei com o senhor Adroaldo Vargas de Almeida, ex-ferroviário, que indicou o senhor Cilon Silva Del'Olmo, também ex-ferroviário, que apontou o senhor Arno Mallmann, filho de ferroviário e ex-morador do Recinto e Ibanez Veiga ex-chefe de trem.

Além desses trabalhadores o texto trata sobre outros trabalhadores, menos formais, mas igualmente importantes. Os pedreiros da construção da maior ponte férrea da América Latina, a Ponte do Entroncamento. Resolvi citá-los no texto por dois motivos: na entrada do cemitério municipal existe um jazigo bastante conhecido na cidade. A tumba dos ossos dos mortos da Ponte Férrea. Em minha infância, quando frequentava o cemitério, aos domingos com a família, lembro de ser apresentado a história do dito mausoléu, quer dizer, isso é bastante forte em minha memória, assim como deve ser na memória de outros indivíduos moradores de Cacequi. O outro motivo é a relação entre esse tema e os outros. A ponte é uma edificação memorável. No entanto o que a torna memorável para a cidade, ao meu ver, é o fato de existir somente por meio de pessoas. Os indivíduos envolvidos em sua construção, desde o princípio, são quem dá a ponte a qualidade do que é memorável.

Nesse sentido se situa a próxima reportagem escrita, "Olaria Santa Vitória". Talvez esse seja o texto que mais caracteriza o produto experimental desse trabalho: a mistura quase indissociável da memória do indivíduo e da cidade. A linha tênue sobre a qual repousa a pergunta: onde termina a história do indivíduo e inicia a história do coletivo? Não respondo essa pergunta ao longo do texto. Para ser exato, nem ao menos tento respondê-la. O objetivo é identificá-la na realidade local e transcrevê-la, de modo que o leitor possa percebê-la também em sua própria vida na cidade.

Conheci a aposentada Arminda Domingues Benradt – e conseqüentemente a história da Olaria Santa Vitória e conseqüentemente parte da história de Cacequi – por conta de uma série de acontecimentos aleatórios que nos tornaram moradores de uma mesma rua. A

descoberta de que a senhora havia feito os tijolos que construíram os principais edifícios de Cacequi me fez pensar na riqueza cotidiana do município. Riqueza esquecida. Esse texto me possibilitou a pergunta: que histórias coloridas podem ser encontradas no cotidiano pálido desse lugar?

À procura dessas histórias decidi por escrever perfis. Pequenos resumos da vida de moradores antigos da cidade. Isso foi uma tentativa de capturar o humano ao máximo, através de textos que contassem a história pessoal desses indivíduos. Ao mesmo tempo que estaria implicitamente escrevendo sobre a memória de Cacequi. Já que o cenário dessa vida é o município e os atores do município são os viventes.

O primeiro perfilado foi uma das fontes da reportagem, o aposentado Adroaldo Vargas de Almeida. A escolha foi feita pelo fato desse senhor ter passado por todos os cargos, até chegar a chefe de trem. Acompanhou a transição da VFRGS para RFFSA e, como é filho de ferroviário, ele passou parte da infância próximo ao trabalho na ferrovia.

Ao realizar esse perfil tive acesso a informações contundentes. Tanto a VFRGS quanto a RFFSA eram controladas pelo Estado. Ou seja, os operários ocupavam cargos públicos. Os concursos públicos só foram instituídos e validados como obrigatórios, no Brasil, na década de 1960. Antes disso, sobretudo em cidades do interior, os cargos eram ocupados por indicação. Isso significa que essas vagas, na maioria das vezes eram hereditárias, assim como as terras.

Essa linha de raciocínio somada ao tema da escrita das reportagens – memória de Cacequi – me inclinou em direção a pergunta que me guiou na escolha do próximo perfilado: quem não possuía propriedades rurais, nem cargos públicos, onde fica nessa memória?

A partir dessa pergunta pensei em entrevistar algum sujeito comum, mas com reconhecimento na comunidade. Alguém que possua algum saber popular importante para alguma geração. Minha memória foi diretamente aos benzedores e parteiras. Pessoas que, em geral, dedicam o trabalho de uma vida prestando serviços à comunidade e, com o desenvolvimento da própria cidade, acabam sendo esquecidas.

Parteiras aparentemente não existem mais na cidade. E benzedores são poucos; com reconhecimento popular apenas um: Ivan Pacheco. Bastou duas ligações telefônicas para que eu conseguisse o contato de sua filha, Deca Pacheco. No dia seguinte fui recebido. Durante a entrevista percebi o quanto ele foi e continua sendo parte essencial da cidade, apesar de não se entender dessa maneira. Ele é procurado por pessoas que moram em outras cidades da região

(Rosário, São Gabriel, São Vicente, Mata). Isso mostra que esse senhor, por meio do trabalho que escolheu para viver, acaba não apenas consolidando parte da memória da cidade, mas retratando a cidade para fora da cidade.

O contato com a próxima perfilada foi tido na produção da primeira reportagem. O ex-ferroviário Cilon Del'Olmo relatou em entrevista sobre sua paixão pelo carnaval. Ele me convidou para conhecer a senhora Abacir Silveira Lopes e eu aceitei. Fomos de surpresa à casa da senhora que mora a três quadras da casa de Cilon. Essa entrevista nem se quer parecia uma entrevista, tal foi a interação e sincronia das lembranças dos dois entrevistados. Eles viveram a infância na mesma época, na mesma rua.

O modo como um ia complementando a memória do outro me fez ter a impressão de que os fatos lembrados eram impostos a eles de um modo saudoso e suave. A história de que uma escola de samba na cidade foi criada sobre essas memórias me fizeram querer escrever sobre o carnaval da cidade. Voltei na casa da senhora no dia seguinte para uma entrevista com o intuito de escrever um perfil e arrematar algumas lacunas sobre o início da festa de rua em Cacequi.

Ela me fez um breve panorama sobre as primeiras escolas de samba. Quando pedi indicações de fontes ela disse “fala com o seu Tuta...”. Ela havia me indicado o próprio Adroaldo Vargas de Almeida, minha fonte sobre o funcionamento da ferrovia. Esse momento de produção me fez pensar na interrelação dos temas. Ficou evidente o modo como funciona o processo de construção da memória de uma localidade.

A partir daí entrevistei Seu Adroaldo sobre as escolas de samba “Ás de Ouro” e “Nós, os Democratas”. Depois entrevistei Marli e Adelar Rodrigues sobre a “Acadêmicos da Montanha” e Eunice Pereira Jacques e José Valdemar da Silva sobre a “Império da Zona Sul”. Um casal indicou o outro como principal fonte, respectivamente.

Construí o texto fazendo um panorama histórico geral das escolas de samba de Cacequi a partir do poema “brasil” do autor Oswald de Andrade. Esse poema foi publicado em 1927 no livro “Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade”. O escolhi como ponto de partida por tratar de um paralelo entre a formação cultural do Brasil e o carnaval: a mistura de todas as etnias que compõem o país e a representação disso na festa popular.

A concepção modernista de trabalhar com a linguagem falada e irônica me pareceu interativo para com o leitor. Outro ponto da escolha do poema foi o fato de que o texto causa a impressão do encontro no carnaval “...e fizeram o carnaval.”. Praticamente o que aconteceu

no processo de apuração da reportagem. Entrevistei trabalhadores de lugares distintos, sem saber que iria entrevistá-los de novo sobre outro tema, pois em fevereiro em alguma época da história de Cacequi todos eles, de fato, fizeram o carnaval.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de experimento e de análise a produção de oito reportagens sobre a Memória de Cacequi. Cinco delas tratam de assuntos e questionamentos acerca dos lugares materiais e imateriais da história do território, desde antes de se estabelecer uma unidade administrativa do estado governada por um prefeito e câmara de vereadores denominada Cacequi. As outras reportagens tratam da história de vida de três típicos moradores da cidade: pessoas que dedicaram a maior parte de suas vidas fazendo a parte humana do lugar.

A questão que fez emergir esse trabalho é: como o jornalismo pode fornecer instrumentos necessários para a construção das noções de *memória* e *tempo* em uma localidade interiorana? A publicação local e impressa de histórias locais é uma possibilidade de resposta. Reconheço que este não é o primeiro texto que trate de memória a ser publicado. O jornal *O Globo*, por exemplo, na versão online, possui uma editoria denominada “Memória” da qual trata da história do veículo. Já em Cacequi, não se pode dizer o mesmo, poucos sabem sobre a história do local e, o que é pior – ao meu ver – poucos veem importância em saber disso.

Como a cidade possui pouco influência política e econômica na região e o jornalismo hegemônico muito trata desses assuntos, se criou na população um certo desinteresse pela *memória coletiva*. Isso quer dizer que se criou também um desinteresse pela preservação da *memória individual* e *memória histórica*, conseqüentemente, já que, como vimos nesse trabalho, elas são partes componentes de uma mesma estrutura. É a primeira vez que esse tema é tratado, periodicamente, no jornal impresso. O experimental desse projeto é isso: dar manutenção ao patrimônio cultural da cidade através do Jornalismo. Escrever a memória do local com a própria memória das pessoas do local. Cultivar uma memória coletiva que seja acessível e que envolva os viventes.

Além disso este projeto foi guiado pelos conceitos de *jornalismo literário* e *jornalismo de revista*, tendo em vista um horizonte teórico que reúne conceitos como *tempo* (*segundo*, *instantaneidade*, *periodicidade*, *simultaneidade*, *novidade*, *atualidade*) e *memória* (*coletiva*, *individual*, *histórica*, *testemunha*). Esses conceitos foram usados como balizas pelo pensamento propositivo. Os conceitos de Jornalismo fizeram a plasticidade da ideia e os outros auxiliaram a concepção dos temas e abordagens.

Vale ressaltar que as noções obtidas no processo de produção se justificaram na cidade. Algumas das oito reportagens foram publicadas no diário da cidade. Isso demonstrou o interesse por parte do jornal em pautar a própria cidade. Trabalhar com essa temática em nome da memória local me fez perceber as ligações da *memória coletiva* da cidade, feita a partir das memórias individuais.



Figura 1: Reportagem “Onde vive a história desse chão?” publicada no jornal Gazeta dos Pampas no dia 28 de julho.

Jornal Gazeta dos Pampas Geral

Olaria Santa Vitória

Por Vitor Rodrigues

Nesse texto se encontra o entroncamento de três histórias: a da olaria Santa Vitória, a de Arminda Domingues Benradt e a de Cacequi. Quando se caminha pela Bento Gonçalves, a mais central rua de Cacequi, não se pode deixar de observar as principais construções: a Igreja Nossa Senhora das Vitórias, o prédio do antigo colégio das freiras, logo abaixo, a Prefeitura Municipal, a loja Magazine Medianeira e o Clube Comercial. As paredes dessas estruturas, passaram, de certa maneira, pelas mãos de Dona Arminda. É que Dona Arminda trabalhou muitos anos de sua vida fazendo tijolos na olaria da família. Olaria Santa Vitória era o nome da primeira olaria da cidade.

— A pente que tem os filhos pra cuidar tem que pegar na pé pra trabalhar. Eu cortava tijolo. Ajudava a carregar. Ajudava a queimar — conta a senhora sobre como era o dia a dia de trabalho.

Dona Arminda nasceu e foi criada em Bagé com mais doze irmãos e hoje conta 83 anos. Mora há mais de 60 em Cacequi. Veio para a cidade recém casada em 1955. A olaria nessa época já existia. A data de fundação não se sabe exatamente, mas dona Arminda imagina que seja final dos anos 30, início dos anos 40.

A fábrica iniciou com a família de senhor Francisco Valtter Benradt, esposo de Dona Arminda. Depois de sua morte no ano de 1971 a Olaria passou a ser tocada principalmente por ela, pelos filhos e por alguns poucos trabalhado-

Enchente do rio Ibicuí que atingiu a olaria Santa Vitória



Barca que fazia a travessia do rio Ibicuí, carregada com um caminhão cegonha



Com a cheia do rio a água inundava os galpões onde os tijolos estavam secando e como não estavam queimados desmanchavam, voltando a ser barro novamente. Essa é a lembrança que mais marcou dona Arminda:

— Aguaceira dentro de casa. Tu fizer todo o serviço prontinho e perder tudo dentro d'água, não vai marcar? Era brabo, mas nós sempre teimando, sempre trabalhando lá.

Depois de alguns anos a Olaria mudou para as terras do outro lado da estrada. Numa tentativa de fugir das águas. Mas as

Filhos de Dona Arminda no quintal de casa que era o rio Ibicuí



eram produzidas telhas. Das melhores:

— Essas telhas dessas casas antigas que tem na cidade, tudo de época da para dar a liga.

— Como uma massa de pão. — explica ela.

Essas lamas são misturadas em uma máquina e

Figura 2: Reportagem “Olaria Santa Vitória” publicada no jornal Gazeta dos Pampas no dia 04 de agosto.

Seu Tuta, ferroviário

Por Vitor Rodrigues



"Foi na segunda terça-feira do mês de julho que conheci o senhor Adroaldo Vargas de Almeida, o Seu Tuta, como é conhecido. Cheguei à casa do ferroviário aposentado de surpresa, fugindo da chuva. Fui recebido prontamente. Quando apontei no portão já vi pai e filho sentados na área coberta da casa, tomando um chimarrão. Me apresentei e fui convidado a sentar. A partir daí foi uma conversa não muito longa sobre as histórias da cidade que se confundem com a história do próprio Tuta.

Com 79 anos de vida, Seu Tuta é nascido e criado nas terras de Cacequi. Nasceu no dia 11 de outubro de 1936, sete anos antes da posse do primeiro prefeito da cidade. Filho de família pobre e trabalhadora, o pai também era ferroviário, falecido em plena juventude, aos 37 anos.

— Na época não tinha

resiliente.

Ficou a mãe e os três filhos: o mais velho com 9 anos, a filha do meio com 7 e ele, o caçula, com 2 anos e meio. Nem chegou a conhecer o pai. A mãe, ganhava pouco, trabalhou como pode.

— Mas vencemos tudo, — afirma ele, orgulhoso.

Quando fala sobre a sua família Seu Tuta sorri com os olhos. Foi esposo durante 54 anos da senhora Irene Sampaio de Almeida. Seu único casamento; além de lhe fazer esposa, lhe fez pai muitas vezes. Tem 4 filhos, 14 netos e 7 bisnetos. Tema Nani, Magnani, a filha mais velha; a Cénira; o Aginaldo e o Rinaldo, o caçula.

— Meu neném, — constata ele, rindo do tempo que passa.

Família grande, de acordo com a simpatia do Seu Tuta. Em pouco mais de uma hora que estive na sua presença, o vi cumpri-



as que na rua passavam.

— Bom dia! Pode chegar, não tem cachorro! — convidou os amigos que cruzam à Rua Tiradentes, 75.

Seu Tuta trabalhou em Cacequi nos tempos áureos da ferrovia.

— Na época era o sonho de qualquer um ser ferroviário — relembra.

Foi tarefeiro em 1958. Passou a trabalhador efetivo quatro anos depois, em 1962. Fez curso para maquinista em 1975 e se aposentou em 17 de janeiro de 1989. Sabe todas as datas de cabeça, sem fazer esforço. Ele justifica a memória afiada:

— Nunca fumei, nunca fui de muita bebida, sempre fui cuidadoso com a alimentação.

Ao final da entrevista perguntei a Seu Tuta sobre o porquê do apelido.

Ele diz que soube há pouco tempo o motivo e se emociona ao lembrar do dia em que perguntou ao irmão mais velho. Conversando com o irmão ele soube que foi por causa de uma namorada de um tio que também era apelidada de Tuta.

— Era Tuta, Tuta, aí ficou eu de Tuta, — diz ele, bem-humorado.

A chuva já havia passado. O sol já estava querendo se mostrar no céu. Seu Tuta, antes de me acompanhar até o portão e se despedir com um aperto de mão firme e um olhar sincero ficou um tempo em silêncio.

— É por aí a vida nesse lugar. Nascido e criado aqui. Amo essa cidade.

— fala ele com o olhar tranquilo, sem conter as lágrimas.



Figura 3: Reportagem “Seu Tuta, ferroviário” publicada no jornal Gazeta dos Pampas no dia 11 de agosto.

Na definição editorial surge sutilmente, através do autor Vilas Boas, a ideia de “guardar”. Nesse momento ele define os perfis jornalísticos como “textos para guardar”. Institucionalmente essa prática é bastante comum, o chamado *clipping* (basicamente o ato de monitorar as matérias jornalísticas para coletar as que tratam sobre determinadas empresas ou instituições, a fim de elaborar uma comunicação com o público mais planejada).

Além das reportagens e do trabalho escrito, desenvolvi um produto audiovisual para a apresentação do projeto. Como gravei as entrevistas ao final da escrita me vi com mais de três horas de áudio. Resolvi transformar essas horas em uma peça que traduzisse sonoramente a história de Cacequi. Com o auxílio do Estúdio 21, mais especificamente do sonoplasta e músico Márcio Echeverria Gomes, produzi um tipo de áudio-documentário. Depois com a adição das fotos antigas escaneadas o áudio virou também um vídeo.

Vou continuar publicando as outras reportagens no jornal. Também pretendo enviar uma cópia do trabalho para cada instituição que colaborou com a fundação dessa escrita: Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura e Biblioteca Municipal, em Cacequi, e Associação de Ferroviários Aposentados do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. Afinal agora esse trabalho que surgiu da *memória individual* e se fez na *memória coletiva*, fará parte da *memória histórica* da comunidade e conseqüentemente do país.

O ato de recolher materiais para preservá-los é uma prática humana. Nesse trabalho percebe-se que o jornalismo se ocupa de recolher histórias não apenas com o intuito de preservá-las materialmente, mas também de fazer delas parte de um imaginário, de uma *memória coletiva*. Quando isso é feito em pequenas cidades como Cacequi o sentido de preservação se mostra mais pontual. O “guardar” a matéria ganha um outro caráter.

O poeta Antonio Cícero em seu poema chamado “Guardar” publicado em 1997 explora os vários sentidos dessa palavra e acaba criando um outro, mais refinado:

Guardar
 Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
 Em cofre não se guarda coisa alguma.
 Em cofre perde-se a coisa à vista.
 Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
 admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
 Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
 ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
 isto é, estar por ela ou ser por ela.
 Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro
 Do que um pássaro sem voos.
 Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,

Por isso se declara e declama um poema:
Para guarda-lo
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar
(CÍCERO, 1996, p.11).

Nos versos “Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro\ Do que um pássaro sem voos” o novo sentido de “guardar” fica evidente. A ideia de guardar o voo de um pássaro implica em não o privar de voar, mas ainda assim conseguir guardá-lo.

Podemos pensar a partir disso que o poeta fala implicitamente sobre *guardar na memória, para a memória e em nome da memória*. É para esse sentido que o jornalismo experimental do presente trabalho aponta. Registrar a vida em sociedade no tempo é uma função do jornalismo como um todo, porém no jornalismo local isso se sobressai. O efeito de registro é mais forte. Isso significa que a necessidade de *guardar* da cidade se evidencia, justamente pela proximidade das memórias individuais. Aí está o que podemos considerar finalmente: esse trabalho tenta fazer brotar a inflorescência da *memória coletiva* a partir do *guardar*, segundo a poesia.

6 REFERÊNCIAS

- BENETTI, Márcia; TAVARES, Frederico de Mello B., SCHWAAB, Reges (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre : Penso, 2013.
- BOND, Fraser. **Introducion al periodismo**. México: Editorial Limusa – Wiley, S.A, 1965.
- CANTO, Paulo Josué Rocha do. **Cacequi dos meus recuerdos**. Porto Alegre : Livraria Palmarinca Editora e distribuidora Ltda., 2008, 268 p.
- CÍCERO, Antônio. **Guardar: poemas escolhidos**. Rio de Janeiro:Record, 1997, 104 p., 2ª ed.
- COTTA, Perry. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e editora Rubio, 2005.
- DINES, Alberto. **Prefácio**. In: PATARRA, Judith Lieblich. Iara: reportagem biográfica. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. 274 p.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre : Tchê, 1987. 230 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo : Centauro, 2003,224 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro : DP&A, 2006, 11 ed. 102 p.
- MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo : Cultrix, 1964, 203 p.
- MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis : Vozes, 1973.
- MOULLIAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.
- REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo: o que dizem os veículos, jornalistas e leitores**. 18 de março de 2016. 260p. Tese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.
- TELLES, Jorge. **Cacequi na história**. Cacequi : Folha de Cacequi – VCS Editora, 1998.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988.
- VILAS BOAS, Sergio. **Perfis: e como escrevê-los**. São Paulo : Summus, 2003.

APÊNDICE A – ONDE VIVE A HISTÓRIA DESSE CHÃO?

Essa terra é como uma ilha cercada de água doce. É que as terras que hoje fazem parte da cidade de Cacequi se encontram entre os rios Cacequi, Ibicuí e Santa Maria. Uma bela moldura d'água. Esse fato faz com que essas terras sejam ponto de referência e de encontro de povos. Mas antes dos portugueses, espanhóis ou italianos, nesse pedaço de chão viviam o que se chama atualmente de povos indígenas.

Patos. Tapes. Guanaans. Jês-Tapuias. Huárprios. Charruas. Minuanos. Tupis. Guaranis. São esses alguns dos nomes que encontramos nos poucos livros que falam sobre os antigos moradores desse local. Alguns escritos dizem que por ser entre rios, essa terra não pertencia à nenhum desses grupos. Aqui seria uma espécie de zona neutra. Um ponto de referência. Outros já dizem o contrário: aqui seria uma zona de conflitos justamente por ser uma terra disputada.

Além das contradições dos livros, podemos ter certeza de duas coisas: os povos indígenas foram os primeiros habitantes desse lugar (assim como em todo o território nacional) e tudo que sabemos sobre esses povos só sabemos com a chegada do homem branco. Isso significa que antes eles não existiam? Não. Isso significa que antes eles não eram *eles*, o *outro*, o *selvagem*. Já que não havia o *nós*, o *normal*, o *civilizado*. Significa que antes eles caçavam, colhiam frutas, construíam suas ocas, brigavam entre si, talvez, velavam seus mortos e rezavam do seu modo. Viviam, enfim.

No Museu de Memória de Cacequi, na sala do segundo andar do prédio que há tempos era a estação férrea tem um mural de papel jornal. Nele há uma pintura feita de giz com indígenas sentados. A pessoa que coordena as visitas ao local ao chegar nessa parte do museu diz, apontando para a figura:

– É, na verdade, por causa deles toda a história da cidade.

A pergunta que resta é: onde estão esses povos hoje e porque não nos preocupamos com isso? Esses povos viveram coisas que hoje só podemos imaginar, mas não temos como saber com exatidão. Pois a verdade ficou no passado. De resto é uma história contada por outros.

Como os povos indígenas se “retiraram”, ou melhor, foram retirados, da região de Cacequi nenhum livro conta com firmeza. Mas o que os livros dizem, com certeza, é quem foi o fortunado que recebeu a primeira sesmaria: José Joaquim Domingues. Esse senhor recebeu

uma quantidade de terra que tinha como limite o rio Ibicuí ao norte, rio Cacequi ao sul, um banhado a leste e o rio Santa Maria a oeste. Com a condição de “conquistar” o local e deixar em uma das margens um pedaço de terra de 1 km² para a população em geral. Isso aconteceu em 1815. Nessa época as terras de Cacequi já pertenciam ao município de Rio Pardo desde sua criação em 1809. Depois de pertencer às terras de Rio Pardo, Cacequi pertenceu à São Gabriel e São Vicente. Fixando seus limites e os dividindo em distritos, em 1944. Saican seria o primeiro distrito e Umbú o segundo.

Se antes, com os indígenas, não sabemos se o território da atual cidade era uma zona neutra, depois, com os homens brancos, sabemos: era uma zona de conflito. Atualmente Cacequi não possui nenhuma sede militar. No entanto, essa região já foi cenário de muitas batalhas, e combates em função de sua posição geográfica. Na guerra da Cisplatina, em 1827, tropas se alojaram no Passo de São Simão. Nesse mesmo ano ocorreu a Batalha do Passo do Rosário, conflito que rendeu ao Uruguai sua independência e custou aos exércitos, entre mortos e feridos mais de seiscentos soldados.

O distrito Saican, em 1940, já foi sede da maior manobra militar realizada em toda a América. Com direito a presença do então presidente Getúlio Vargas. Além disso, na dita Revolução Farroupilha, Cacequi foi nomeada capital itinerante, embora só tivessem sido nomeadas três capitais farroupilhas (Piratini, Caçapava do Sul e Alegrete). Esse tipo de informação encontramos em abundância nos documentos. Já as informações que dizem respeito aos antigos povos antes da expulsão, digo “conquista”, não foram tratadas com o mesmo cuidado.

Do Tupi “Caacyguy”. “Caciquy”. “Cacequi”. Significa “Rio dos caciques” ou “Rio do Mato Cortado”. Mas a origem exata do nome da cidade segue misteriosa, sem muitos detalhes, assim como o fim dos antigos povos. Que histórias existiram por detrás dessa palavra? A resposta para essa pergunta é pouco conhecida. Nos resta apenas ler as poucas anotações que resistiram ao tempo e ouvir as histórias que o povo que vive aqui, hoje, tem a contar. Ouvir por onde passa as histórias da cidade.

APÊNDICE B – CACEQUI CHEGOU DE TREM

O relógio marca onze e meia da manhã e pessoas se aglomeram na estação de trens de Cacequi. O cheiro da comida quente do restaurante se espalha pelo local. A gurizada chega correndo para vender frutas, pastéis, roscas e doces feitos em casa. Onze e quarenta e cinco, já se ouve o barulho da máquina a vapor. Estaciona o trem Santa Maria, o primeiro trem de passageiros do dia. A partir daí o movimento só para depois que o agente da estação bate o sino anunciando que o último trem parte, às quinze para as duas da tarde, em direção a Uruguaiana. Do outro lado da rua quase em frente ao túnel que liga a gare da estação à rodovia, a chaminé do engenho Ipiranga dá à cidade ares industriais.

Esse era o cotidiano da estação de Cacequi em meados dos anos 1950. Havia um fluxo de centenas de pessoas todo dia. Era a praça da cidade, onde as pessoas passeavam e se encontravam. Na época Cacequi era o entroncamento de quatro ramais ferroviários. Ou seja, quatro trens lotados de cargas e pessoas faziam uma parada obrigatória na cidade. Tudo que precisava sair da região da capital do estado em direção à fronteira necessariamente passava por Cacequi. Além disso, por mais de meio século essa cidade foi o que havia de mais moderno no sul do país no que diz respeito a manutenção de máquinas.

Nesse período, desde a chegada do trem em 1890, muitas pessoas haviam migrado para a cidade a procura de emprego. Os trabalhadores da construção, manutenção e operação dessas linhas, fixaram residência e constituíram famílias. Eles foram as pessoas que pensaram Cacequi como uma vila e possivelmente como uma cidade.

O trem, desde sua chegada até hoje, é algo registrado à ferro na memória de toda gente cacequiense. O autor Paulo Josué escreveu no livro “Cacequi dos meus recuerdos” um pequeno parágrafo sobre isso: “O engate do trem manobrando produzia um barulho forte que sacudia as madrugadas de quem, como eu, morava junto à Viação Férrea. Foi a música que embalou e acalentou minha infância. Uma marca para sempre, como foi o trem para Cacequi.”

APÊNDICE C – TRABALHADORES DE CACEQUI, UNI-VOS!

O desenvolvimento da malha ferroviária brasileira no começo do século passado também foi o crescimento das pequenas cidades no interior do país. O trem não trouxe apenas o movimento diário nas estações, mas trouxe empregos e, sobretudo, consciência de classe. Isso possibilitou o surgimento de locais coletivos mantidos pelos ferroviários e voltados para as necessidades dos moradores das cidades que em sua maioria eram os próprios trabalhadores da Viação Férrea.

Um exemplo de como o surgimento da classe ferroviária marcou a memória de Cacequi foi a Avenida Madureira. O endereço dos ferroviários. Uma rua larga de brita orlada de árvores que ficava imediatamente ao lado da estação. Hoje o lugar dessa avenida é um grande campo com alguns pés de mato, mas na época era a principal rua de uma espécie de vila operária. Apenas quem possuía a carteira de trabalho assinada pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) residia lá. O Recinto da viação como ficou conhecido foi o primeiro lugar da cidade a ter energia elétrica. Foi lá o cenário da mocidade de Seu Arno Mallmann, 83 anos. Ele não se esquece da época da infância em que passeava pela vila com sua bicicleta *Phillips*:

– Tinha uma praça no final da avenida que dava gosto. Tinha caixa d'água... Era *tudo* ferroviário. *Tudo* conhecido. – relembra ele.

Outro exemplo de como a organização da classe ferroviária foi fundamental para a vida da cidade é a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda. Onde se vendia de tudo. De papel higiênico à bicicleta *Phillips* do Seu Mallmann. Essa marca era importada da Europa porque ainda não haviam fabricantes no Brasil. O produto vinha por meio de encomenda na Cooperativa pelo porto de Rio Grande.

O Apolo, que hoje é apenas a fachada de um prédio no meio de um campo também era esse tipo de local. Destinado à educação, esporte, festas e eventos. O Clube dos ferroviários, mas apenas dos ferroviários brancos. Pois os negros deviam ir ao clube Sete de Setembro, fundado em 11 de junho de 1928. O *Clube dos Morenos*, como diz Adroaldo Vargas de Almeida, o seu Tuta:

– No Apolo preto não entrava, só branco. Interessante, a gente não podia entrar lá, mas eles podiam entrar no *Sete* – diz ele indicando o teor do racismo da época.

Além das festas, o prédio funcionou também como um colégio, nos mesmos moldes. Regido pelas irmãs da congregação Notre Dame, como afirma Seu Mallmann, mas mantido pelos “ferrinhos”, como eram chamados os integrantes dessa massa trabalhadora. O Grupo Escolar Fernão Dias, a escola dos filhos dos ferroviários.

A ponte para o progresso?

A estação ferroviária em Cacequi surgiu como ponta de trilhos, ou seja os trens vinham até a cidade e retornavam. Para o trem seguir viagem em direção a fronteira era necessário atravessar o rio Santa Maria e a extensa várzea do local. Inspirado por grandes obras como a torre Eiffel, da Europa, e o canal do Panamá, na América Central, o governo estadual trouxe o engenheiro carioca Hermínio Lira para arquitetar a ponte. O aço veio da França, Alemanha e Bélgica, e as pedras dos cerros do Loreto e do Carmo, em São Vicente do Sul. Assim se iniciou, em 1890 a construção da maior ponte férrea da América Latina.

E mãos à obra! O projeto era do engenheiro, a necessidade era da política, mas as mãos eram de muitos e vinham de vários lugares. Na época não havia a tecnologia dos maquinários para auxiliar obras desse porte. Os buracos eram abertos a força, com pás. Por isso a obra levou quase vinte anos para ser concluída. Ainda que não existam registros oficiais, muitas vidas foram tomadas na edificação desses 1.537 metros de metal. Um feito grandioso para a cidade e o país. Em memória dos que se foram no processo.

APÊNDICE D – OLARIA SANTA VITÓRIA

Nesse texto se encontra o entroncamento de três histórias: a da olaria Santa Vitória, a de Arminda Domingues Benradt e a de Cacequi. Quando se caminha pela Bento Gonçalves, a mais central rua de Cacequi, não se pode deixar de observar as principais construções: a Igreja Nossa Senhora das Vitórias, o prédio do antigo colégio das freiras, logo abaixo a Prefeitura Municipal, a loja Magazine Medianeira, o Clube Comercial. As paredes dessas estruturas, passaram, de certa maneira, pelas mãos de Dona Arminda. É que ela trabalhou muitos anos de sua vida fazendo tijolos na olaria da família. Olaria Santa Vitória era o nome da primeira olaria da cidade.

– A gente que tem os filhos pra cuidar tem que pegar na pá pra trabalhar. Eu cortava tijolo. Ajudava a carregar. Ajudava a queimar – conta a senhora sobre como era o dia a dia de trabalho.

Dona Arminda nasceu e foi criada em Bagé com mais doze irmãos e hoje conta 83 anos. Mora há mais de 60 em Cacequi. Veio para a cidade recém-casada em 1955. A olaria nessa época já existia. A data de fundação não se sabe exatamente, mas dona Arminda imagina que seja final dos anos 30, início dos anos 40.

A fábrica iniciou com a família de senhor Francisco Valter Benradt, esposo de Dona Arminda. Depois de sua morte no ano de 1971 a Olaria passou a ser tocada principalmente por ela, pelos filhos e por alguns poucos trabalhadores. Os primeiros anos de emancipação do município também foram anos de construção. Essas obras foram feitas com tijolos produzidos na Olaria Santa Vitória, movimentando o mercado local.

– Quando eu vim pra cá não tinha casa, não tinha prédio... O lugar onde hoje é a prefeitura era uma *mangueira* de cavalo, de prender os bichos – responde ela quando eu pergunto por onde andam os tijolos que ela e a família fizeram.

Além de tijolos também eram produzidas telhas. Das melhores:

– Essas telhas dessas casas antigas que tem na cidade, tudo da época da Olaria. Não é assim pra quebrar... – diz Dona Arminda, sorridente, apontando para a casa do lado.

O problema do negócio era a água. A Olaria Santa Vitória ficava no Passo Santa Vitória, na beira do rio Ibicuí, divisa entre Cacequi e São Vicente. É que para abrir uma olaria é preciso escolher o local pensando na qualidade das terras. Os tijolos são feitos a partir da

mistura de dois ou três tipos de barro: um mais arenoso, para selar e um mais argiloso, para dar a liga:

– Como uma massa de pão – explica ela.

Essas lamas são misturadas em uma máquina e lançadas por uma esteira no formato de um longo tijolo, que é cortado por algum trabalhador. Depois disso os tijolos são colocados em pequenas pilhas para a secagem, para então serem colocados em um grande forno onde são queimados e ficam prontos para a venda.

Com a cheia do rio a água inundava os galpões onde os tijolos estavam secando e como não estavam queimados desmanchavam, voltando a ser barro novamente. Essa é a lembrança que mais marcou dona Arminda:

– Aguaceira dentro de casa. Tu fazer todo o serviço prontinho e perder tudo dentro d'água, não vai marcar? Era brabo, mas nós sempre teimando, sempre trabalhando lá.

Depois de alguns anos a Olaria mudou para as terras do outro lado da estrada. Numa tentativa de fugir das águas. Mas as águas do rio, quando chovia, seguiam entrando e levando todo o trabalho. A Olaria fechou as portas no ano de 1986, mas continua existindo nas paredes das construções da cidade e na memória de dona Arminda e dos que por lá passaram.

APÊNDICE E – SEU TUTA, FERROVIÁRIO

Foi na segunda terça-feira do mês de julho que conheci o senhor Adroaldo Vargas de Almeida, o Seu Tuta, como é conhecido. Cheguei à casa do ferroviário aposentado de surpresa, fugido da chuva. Fui recebido prontamente. Quando apontei no portão já vi pai e filho sentados na área coberta da casa, tomando um chimarrão. Me apresentei e fui convidado a sentar. A partir daí foi uma conversa não muito longa sobre as histórias da cidade que se confundem com a história do próprio Tuta.

Com 78 anos de vida, Seu Tuta é nascido e criado nas terras de Cacequi. Nasceu no dia 11 de outubro de 1938, sete anos antes da posse do primeiro prefeito da cidade. Filho de família pobre e trabalhadora, o pai também era ferroviário, falecido em plena juventude aos 37 anos.

– Na época não tinha médico, só ervas – diz ele, resiliente.

Ficaram a mãe e os três filhos: o mais velho com 9 anos, a filha do meio com 7 e ele, o caçula, com 2 anos e meio. Nem chegou a conhecer o pai. A mãe, ganhava pouco, trabalhou como pode.

– Mas vencemos todos. – afirma ele, orgulhoso.

Quando fala sobre a família Seu Tuta sorri com os olhos. Foi esposo durante 54 anos da senhora Irene Sampaio de Almeida. Seu único casamento, além de lhe fazer esposo, lhe fez pai muitas vezes. Tem 4 filhos, 14 netos e 7 bisnetos. Tem a Nani, Magnani, a filha mais velha; a Cenira; o Agnaldo e o Rinaldo, o caçula.

– Meu neném. – constata ele, rindo do tempo que passa.

Família grande, de acordo com a simpatia do senhor. Em pouco mais de uma hora que estive na presença de Seu Tuta, o vi cumprimentar umas três pessoas que na rua passavam.

– Bom dia! Pode chegar, não tem cachorro! – convida os amigos que cruzam à Rua Tiradentes, 75.

Seu Tuta trabalhou em Cacequi nos tempos áureos da ferrovia.

– Na época era o sonho de qualquer um ser ferroviário – relembra.

Foi tarefeiro em 1958. Passou a trabalhador efetivo quatro anos depois, em 1962. Fez curso para maquinista em 1975 e se aposentou em 1º de janeiro de 1989. Sabe todas as datas de cabeça, sem fazer esforço. Ele justifica a memória afiada:

– Nunca fumei, nunca fui de muita bebida, sempre fui cuidadoso com a alimentação.

Ao final da entrevista perguntei a Seu Tuta sobre o porquê do apelido. Ele diz que soube há pouco tempo o motivo e se emociona ao lembrar do dia em que perguntou ao irmão mais velho. Conversando com o irmão ele soube que foi por causa de uma namorada de um tio que também era apelidada de Tuta.

– Era Tuta, Tuta, aí ficou eu de Tuta. – diz ele, bem-humorado.

A chuva já havia passado. O sol já estava querendo se mostrar no céu. Seu Tuta, antes de me acompanhar até o portão e se despedir com um aperto de mão firme e um olhar sincero ficou um tempo em silêncio.

– É por aí a vida nesse lugar. Nascido e criado aqui. Amo essa cidade. – fala ele com o olhar tranquilo, sem conter as lágrimas.

APÊNDICE F – SEU IVAN, BENZEDOR

Quando criança lembro vagamente de ter sido levado a um benzedor. Curador poderoso, diziam. Lembro da fila enorme, do dia quente e do longo caminho até a casa do velho. Era uma casa pequena, um pátio grande. Logo na entrada, as sombras das árvores já acolhiam a todos que ali chegavam. Quando chegou a hora da benzedura, lembro de ter ficado com um pouco de receio, mas a voz macia do senhor era tranquilizante. Ele, sentado em frente a um fogão a lenha, cumprimenta olhando fundo nos olhos, pega uma brasa, vermelha de tão quente, e larga em um copo de vidro com água. E isso é tudo que lembro.

Mais de dez anos depois voltei a dita casa, dessa vez para uma entrevista. Ouvir a história dessa pessoa que não está na prefeitura ou colégios, mas que todos conhecem pela generosidade e trabalho. Seu Ivan, benzedor.

Para se chegar a casa é só pegar a rua da Boca da Matilde e perguntar, pra qualquer um que passa na rua ou que mora em alguma casa:

– Onde fica a casa do Seu Ivan, o benzedor?

Todos sabem:

– É só ir reto, reto.... Se vai, até chegar.

Dito e feito. Cheguei na casa era quase três horas da tarde. O céu puramente azul deixava tudo mais colorido. Ivan Rodrigues Pacheco, o Seu Ivan, já estava posto a espera, com um chimarrão. Com 88 anos ele mostra que o tempo foi generoso com ele. Um senhor trabalhador, cordial e acima de tudo de fé. Começou na vida de benzedura desde muito jovem:

– Com 4 anos recebi a benção de Deus e com 7, já era conhecido como benzedor. – afirma ele.

Ele nasceu em 27 de julho de 1929. Já passou por São Gabriel, Dilermando de Aguiar, mas é em Cacequi que se encontra há mais de 32 anos. Seu Ivan atende a todos que chegam para se benzer e buscar um conforto. E como chegam. Toda segunda e sexta-feira – às vezes em outros dias da semana – ele acende o fogãozinho a lenha ao meio dia e só apaga depois que o sol se põe, tal é a quantidade de pessoas que visitam a casa de Seu Ivan. Ele estima em mais de cem pessoas por dia.

– Nunca coloquei em rádio, não aceito pagamento e não aceito propostas. Sou isso aqui. Só trabalho para o Bem e tenho muito orgulho de ter aceitado a palavra de Deus – diz ele com satisfação.

Depois de um casamento de 64 anos, Dona Maria veio a falecer. Seu Ivan se enche os olhos ao falar da esposa:

– Minha querida esposa, me deixou muita paz e muitos amigos.

Seu Ivan tem seis filhos. Netos e bisnetos tem uns quantos:

– Netos são 15 ou 16 e bisnetos são 11 ou 12, não lembro. – avisa ele com sinceridade.

Além de benzedor, o senhor é um exímio agricultor. Conheci as três estufas que ele mesmo construiu para plantar hortaliças e vender. Mas não para ficar rico, já adianta ele:

– A maior riqueza que eu já tenho é a minha família, a amizade e o dom de atender as pessoas.

Num mundo onde se perderam tantos valores, pessoas como Seu Ivan são raridade. Atitudes como a dele nos faz pensar em uma vida menos atormentada e mais humana.

– Sou um instrumento de Deus. – diz ele.

APÊNDICE G – DONA ABACIR

Era dia de vento norte. Do portão ouvi a música no rádio da antiga casa de madeira na rua Argemiro Moreira de Carvalho, em Cacequi. A entrevistada estava à espera na varanda, sentada. O olhar tranquilo sorria e indicava os anos de uma vida simples e longa. Aos 26 dias do mês de julho conheci dona Abacir Silveira Lopes, a Bacica como é conhecida. Uma senhora de 79 anos que como ela mesma fala é “movida à música”.

-Às vezes estou em casa com o rádio e com a televisão ligados. Os outros estranham. Acontece que adoro um baile. - diz ela com naturalidade.

Eram sete irmãos nascidos e criados na mesma casa onde ela vive hoje. Os pais atendiam por Esmeraldina Silveira Lopes e Mario José Lopes, ferroviário, viveram 82 e 95 anos. O pátio da residência é grande, com árvores ao fundo. Dá para ouvir o trem que passa nos trilhos depois da cerca. Ela lembra de quando o pai convidava amigos para fazer um carnaval nos fundos de casa. Na época não havia festa organizada na cidade, com desfile de rua e escolas de samba, mas na morada da Bacica havia. No meio da sala, na harmonia da noite.

- A gente arredava os móveis e dançava, enquanto meus pais dormiam. Nós vivemos uma vida unida e divertida. Graças a Deus. - relembra ela.

Com 27 anos resolveu sair de casa. Ganhar a vida. Foi-se embora para Alegrete. Trabalhou como frentista, fez curso de enfermagem e trabalhou no Hospital Santa Casa de Caridade. Foi para a capital anos depois. Lá ela trabalhou na Estação Rodoviária. Mas o trabalho que lhe dá mais emoção ao falar é o de copeira e garçonne no trem Húngaro.

Esse trem partia às sete horas da noite de Porto Alegre e chegava às oito da manhã em Uruguaiana. O Húngaro inaugurou o serviço de buffet em trens no Brasil. Além disso era o trem mais rápido. Em alta velocidade poderia alcançar 105 km por hora. Aí dá para imaginar: alta velocidade e garçonetes com bandejas. O primeiro dia de trabalho foi desastroso para Bacica. Algumas cervejas no chão. Mas com o tempo ela pegou a manha.

- Era uma maravilha! - conta ela.

Antes de se aposentar, Bacica voltou para Cacequi e trabalhou mais cinco anos na área da saúde. Foi Rainha da Terceira Idade de Cacequi e Primeira Prenda Xirú. É gaúcha nativa, mas no carnaval é baiana. Sempre trabalhou por gosto fazendo fantasias para enfeitar o feriado. E não perde uma oportunidade de sair para dançar. Em uma ocasião, há quatro anos,

num jantar-baile no CTG, Bacica foi tirada para dançar. Como sempre, dois pra cá, dois pra lá e de repente “crack”! A dança foi interrompida pelo osso da perna que se quebrou como os passos. Ela foi levada às pressas ao hospital. Fez cirurgia e tudo. Foi uma função. Mas um ano depois já estava dançando de novo. Naquela noite ela literalmente dançou até se quebrar.

Muito cuidadosa consigo mesma, Bacica não tem saído nessa época do ano.

- No inverno tu já viu. Pega uma gripe e mata a *veia* ligeiro. - diz ela rindo.

Uma mulher que vive sozinha sem se sentir só. Aposentada, sempre recebe visitas de amigos e familiares. Uma mulher que viveu seu rumo e voltou para a terra que tanto adora. Com as unhas sempre pintadas de vermelho, Bacica mostra a tranquila força de quem passou e segue passando pelas bailantas da vida com graça.

APÊNDICE H – ESCOLAS DE SAMBA DE CACEQUI

Poema brasil de Oswald de Andrade

brasil O Zé Pereira chegou de caravela E perguntou pro guarani de mata virgem - Sois cristão? -Não, Sou bravo, sou forte sou filho da morte Tetetê tetê Quizá Quizá Quecê! Lá de longe a onça resmungava Uu! Ua! uu! O negro zonzo saído da fornalha Tomou a palavra e respondeu -Sim pela graça de Deus Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum! E fizeram o carnaval. A mistura do português, do índio, do negro é um retrato da cultura brasileira. E o carnaval é a festa popular que evidencia isso.

O surgimento das escolas de samba em Cacequi mostra esse impulso artístico e comunitário na cidade. As pessoas passam a se associar não apenas com fins econômicos, mas recreativos. O ano de inauguração da primeira escola de samba da cidade é difícil de precisar já que faltam documentos e muitas vezes a memória é curta, no entanto histórias não faltam. Abacir Lopes, Bacica como conhecemos e Cilon Silva Del'Olmo, o Loca como é conhecido, ferroviário aposentado, 69 anos, contam uma dessas histórias, talvez a mais antiga, que foi o embrião para a fundação da escola de samba "A Vaca", anos mais tarde.

A época era final de 1940, o local era Vila Cândido. Na casa branca ao fundo do terreno, na rua Argemiro Moreira morava seu Oswaldo, o sobrenome não se sabe, não se lembra. Ele foi um senhor que transmitiu à parte das crianças da vila a alegria contagiosa do carnaval. Nessa época do ano Seu Oswaldo chamava a gurizada para a festa. A brincadeira era ir para a rua, dançar, fugir e perseguir "a vaca", uma espécie de fantasia feita com taquaras e o crânio de uma vaca na altura da cabeça. As crianças se fantasiavam com sacos de estopa e colares feitos com cinamomo.

- Lembro de quando era gurizinho, eu e o finado Wilson, nós vínhamos espiar a casa do seu Oswaldo, a gente dizia "olha lá, olha lá, lá que tá o bicho". Foi nessa lembrança gostosa que nós criamos a Vaca.- conta Seu Loca.

Em 1959 se juntaram Paulo Tavares, Flávio Miranda, Adroaldo Vargas, entre outros para fundar a Escola de Samba "Ás de Ouro". Tempos depois a escola "Nós, os democratas" também estava funcionando. Elas desfilaram nas ruas de Cacequi por mais de dez anos. Nessa época a cidade era bem visitada. Seu Adroaldo conta como era a função:

- Era uma maravilha o carnaval de rua. A gente organizava tudo no peito. A prefeitura não ajudava em nada. Era tudo por amor. - diz ele. Já que é recente e mínimo o auxílio financeiro concedido pela prefeitura.

Marli Rodrigues, professora na rede pública, é uma das fundadoras da popular Acadêmicos da Montanha. Ela conta sobre como foi o estabelecimento da escola que está há 23 anos fazendo o carnaval. No ano de 1993 o carioca Gilson Braga apareceu na cidade falando sobre carnaval. O que era uma conversa acabou se tornando um grupo de pessoas se propondo a criar e apresentar um desfile de carnaval para a cidade. Do zero. Samba enredo, fantasias, ensaios, instrumentos...

- Cada vez que ele ia na escola buscar as crianças ele começava a nos puxar pro carnaval. Aí começamos a organizar as coisas. No começo era tudo muito pobre. Não existia muito material e nós não tínhamos conhecimento, mas Gilson era metido, né. Ele fazia acontecer - relembra Marli. Em 1996 a direção da Montanha foi em rosário convidar o estilista Vanderlei Montaro para conhecer a escola. Ele desfilou no ano seguinte e não foi mais embora. Hoje é um dos cabeças da empreitada.

Nesse mesmo ano foi apresentada à cidade a escola de samba “Império da Zona Sul”. Com o refrão “Bate forte o coração| Vamos sambar| A Império da Zona Sul que veio pra ficar” essa escola é uma das mais atuais no cenário carnavalesco de Cacequi. Fundada em 1997 por um grupo de amigos reunidos por Neuza Belaguarda a primeira presidente da escola. A sede da agremiação era na quadra do Apolo, ali se realizavam as reuniões e os ensaios. O último ano da escola foi em 2009. Cinco anos depois foram realizadas novas reuniões na tentativa de revitalizar a escola, mas nada feito. A secretária Eunice, guarda na memória os tempos áureos da Império, assim como cuidadosamente guarda cada documento sobre a escola de samba. Cada ata, foto ou troféu é catalogado por ano e guardado, para que a memória resista ao tempo.

A acadêmica da montanha Marli traduz o motivo pelo qual essa festa é tão esperada por quem assim como ela vive a função anual do carnaval:

- Quando o compositor e intérprete começa a dar as primeiras palavras pouco antes de botar o pé na rua a emoção toma conta. A lembrança de todos os momentos vividos em nome daquele resultado é incrível. Sensação de dever cumprido. - diz ela.

Comissão de frente, carro abre alas, samba enredo, fantasias... Há muito o que se pensar quando se quer organizar uma escola de samba, por menor que seja. Isso exige força

de vontade e união. Sentimentos que enchem essas pessoas que dão vida à cultura de Cacequi.
Pessoas que, em fevereiro, deixam essa terra arenosa mais brilhante.